



Estado do Ceará



Câmara Municipal de Varjota

# LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VARJOTA

CNPJ: 35.049.378/0001-64

CGC: 06.920.503-5

**CÂMARA MUNICIPAL DE VARJOTA**  
**Rua Trav. Pedro Baltazar, 37 - Centro.**  
**Varjota - CE – CEP 62.265 - 000**

Versão Atualizada em maio/ 2015.



---

**SUMÁRIO**

---

PREÂMBULO _____	5
TÍTULO I _____	6
DOS PRINCÍPOS FUNDAMENTAIS _____	6
CAPÍTULO I _____	6
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES _____	6
TÍTULO II _____	6
DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL _____	6
SEÇÃO I _____	6
DISPOSIÇÕES GERAIS _____	6
SEÇÃO II _____	7
DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO _____	7
SEÇÃO III _____	10
DOS PODERES MUNICIPAIS _____	10
TÍTULO III _____	11
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES _____	11
CAPÍTULO I _____	11
DO PODER LEGISLATIVO _____	11
SEÇÃO I _____	11
DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL _____	11
SEÇÃO II _____	14
ATRIBUIÇÕES DA MESA DA CÂMARA _____	14
SEÇÃO III _____	16
DAS ATRIBUIÇÕES DA PRESIDÊNCIA _____	16
SEÇÃO IV _____	17
DAS COMISSÕES _____	17
SEÇÃO V _____	18
DAS SESSÕES DA CÂMARA _____	18
SESSÃO VI _____	18
DAS DELIBERAÇÕES _____	18
SEÇÃO VII _____	19
DOS VEREADORES _____	19
CAPÍTULO II _____	21
SEÇÃO I _____	21
DO PROCESSO LEGISLATIVO _____	21
SEÇÃO II _____	21
DAS EMENDAS A LEI ORGÂNICA _____	21



SEÇÃO III	22
DAS LEIS	22
SEÇÃO IV	22
DA SANÇÃO E DO VETO	22
CAPÍTULO IV	23
DO EXECUTIVO MUNICIPAL	23
SEÇÃO I	23
DO PREFEITO E DO VICE – PREFEITO	23
SEÇÃO II	24
DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL	24
SEÇÃO III	25
DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS	25
CAPÍTULO V	26
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	26
SEÇÃO I	26
DAS NORMAS GERAIS	26
SEÇÃO II	27
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	27
SEÇÃO III	30
DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	30
SEÇÃO I	32
DOS IMPOSTOS MUNICIPAIS	32
SEÇÃO II	34
DO ORÇAMENTO	34
TÍTULO IV	36
DO PATRIMÔNIO E DOS ATOS MUNICIPAIS	36
CAPÍTULO I	36
DOS BENS MUNICIPAIS	36
SEÇÃO I	36
DA ALIMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO E DA CESSÃO	36
SEÇÃO II	36
DA ALIENAÇÃO	36
SEÇÃO III	36
DA AQUISIÇÃO	36
CAPÍTULO II	37
DOS ATOS MUNICIPAIS	37
SEÇÃO I	37



<b>DA FORMA DA PLUBLICIDADE E PUBLICAÇÃO</b>	<b>37</b>
<b>SEÇÃO II</b>	<b>38</b>
<b>DOS LIVROS</b>	<b>38</b>
<b>TÍTULO V</b>	<b>38</b>
<b>DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES ECONÔMICAS E SOCIAIS.</b>	<b>38</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	<b>38</b>
<b>DA POLÍTICA URBANA</b>	<b>38</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	<b>40</b>
<b>DA EDUCAÇÃO</b>	<b>40</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	<b>42</b>
<b>DA CULTURA E DO TURISMO</b>	<b>42</b>
<b>CAPÍTULO IV</b>	<b>42</b>
<b>DO DESPORTO</b>	<b>42</b>
<b>CAPÍTULO V</b>	<b>43</b>
<b>DA SAÚDE</b>	<b>43</b>
<b>CAPÍTULO VI</b>	<b>44</b>
<b>DA ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>44</b>
<b>CAPÍTULO VII</b>	<b>45</b>
<b>DO MEIO AMBIENTE E DO SANEAMENTO</b>	<b>45</b>
<b>SEÇÃO I</b>	<b>45</b>
<b>DO MEIO AMBIENTE</b>	<b>45</b>
<b>SEÇÃO II</b>	<b>46</b>
<b>DO SANEAMENTO</b>	<b>46</b>
<b>CAPÍTULO VIII</b>	<b>46</b>
<b>DA HABITAÇÃO POPULAR</b>	<b>46</b>
<b>CAPÍTULO IX</b>	<b>47</b>
<b>DOS RECURSOS HÍDRICOS</b>	<b>47</b>
<b>CAPÍTULO X</b>	<b>47</b>
<b>DA POLÍTICA AGRÍCOLA</b>	<b>47</b>
<b>TÍTULO VII</b>	<b>48</b>
<b>DA ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA</b>	<b>48</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	<b>48</b>
<b>DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO</b>	<b>48</b>
<b>DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS</b>	<b>49</b>



## PREÂMBULO

“Nós, os representantes do povo de **Varjota** no exercício da competência derivada, expressa na Constituição da República Federativa do Brasil, invocando a proteção de Deus, promulgamos a presente Lei Orgânica, fundada na harmonia social visando assegurar a Liberdade, o Bem Estar, o Desenvolvimento, a Igualdade, a Justiça e a Segurança, como valores supremos de uma sociedade fraterna e pluralista.”



## TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º.** – O Município de Varjota, pessoa jurídica de direito público interno, exprime a sua autonomia política, na esfera de sua competência, mediante as Leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Ceará e desta Lei orgânica, obedecendo o seguinte:

I – promoção da Justiça Social, assegurando a todos a participação nos bens da riqueza e da prosperidade;

II – defesa;

a) – da igualdade e combate a qualquer forma discriminatória em razão de cor, origem de nascimento, crença religiosa ou convicção política, filosófica, deficiência física ou mental, enfermidade, idade, atividade profissional, estado civil ou classe social;

b) – do patrimônio histórico, cultural e artístico do Município;

c) – e proteção do meio ambiente;

d) – dos direitos humanos e individuais;

III – respeito à legalidade, à moralidade e à probidade administrativa;

IV – desenvolvimento de serviços sociais e programa de habitação, de educação gratuita, se possível, em todos os níveis, de saúde, com prestação assistencial aos necessitados;

V – incentivo ao lazer, ao esporte e ao turismo, através de programas e atividades voltadas para os interesses gerais;

VI – remuneração condigna e valorização profissional do servidor municipal;

VII – fomento e estímulo à produção agropecuária e demais atividades econômicas, inclusive artesanal.

**Parágrafo Único** – São reservadas ao Município as competências que não lhe sejam vedadas pelas Constituições, referidas no “caput” deste artigo.

**Art. 2º.** – O povo é a fonte de legitimidade dos Poderes Constituídos, exercendo-os diretamente, ou por seus representantes, investidos na forma constitucional.

**Art. 3º.** – O Município integra a divisão político-administrativa do Estado, podendo ser dividido em distritos, criados, organizados ou suprimidos por Lei Municipal, observada a Legislação Estadual e o disposto nesta Lei Orgânica.

**Parágrafo Único** – A Sede do Município tem a categoria de cidade e dá-lhe o nome; a do distrito tem a categoria de vila.

**Art. 4º.** – São símbolos do Município a Bandeira, o Brasão, e o Hino, vigorantes à data da promulgação desta Lei Orgânica e os que vier a adotar. (art. 13, § 2º C. F.)

## TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

### SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 5º.** – São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Executivo e o Legislativo.



**Parágrafo Único** – É vedada a delegação de atribuições entre os poderes, sendo defeso ao titular de mandato eletivo em um Poder, ocupar cargo ou função no outro Poder, salvo as exceções de ordem constitucional.

**Art. 6º** – Os Poderes Municipais e Órgãos que lhes sejam vinculados são acessíveis ao cidadão, por petição ou representação, em defesa de direito ou em salvaguarda de interesse comum.

§ 1º. – A autoridade municipal a que for dirigida a petição ou representação, deverá oficializar-lhe o ingresso, assegurar-lhe rápida tramitação e dar-lhe o ingresso, assegurar-lhe rápida tramitação e dar – lhe fundamentação legal ao exarar a decisão final.

§ 2º. – Da decisão adotada pela autoridade municipal, a que tenha sido dirigida a representação ou petição, terá conhecimento o interessado, através da publicação do respectivo despacho ou por correspondência, no prazo máximo de sessenta dias, a contar da data da protocolização do documento e, se o requerer, ser – lhe – á fornecida certidão.

§ 3º. – A qualquer, do povo será assegurado o direito tomar conhecimento, em caráter gratuito, do que constar, a seu respeito, em registro de bancos de dados ou de documentos do Município, bem como, do fim a que se destinam informações arquivadas, podendo, a qualquer tempo, exigir – lhe retificação.

§ 4º. – Poderá o cidadão mover ação popular contra abuso de poder para a defesa do meio ambiente, de lesão a patrimônio público, ficando o infrator ou autoridade omissa, responsável pelos danos causados e pelas despesas processuais decorrentes, ( Art. 7º. – C. E. ).

**Art. 7º.** – Através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado, é assegurada a iniciativa popular de matéria de interesse específica do Município, da cidade, distritos, povoados ou de bairros, (Art.29, inciso XI da C.F.).

**Parágrafo Único** – A iniciativa popular dar – se- á mediante apresentação da Câmara Municipal de projeto de lei, obedecida à exigência contida no artigo anterior, devendo tramitar, no prazo de quarenta e cinco dias, em regime de prioridade, e em turno único de discussão e votação para suprir omissão legislativa (Art.6º. §§ 1º. e 2º. C. E.).

**Art. 8º.** – O território do Município somente sofrerá alterações, observada a legislação estadual pertinente, nos termos do Art. 18 § 4º. e 30, inciso IV da Constituição Federal.

## SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

**Art. 9º.** – compete ao Município prover os seus interesses e o bem estar de sua população.

§ 1º - Cabe-lhe, privativamente:

I – Zelar pela guarda das Comissões do Brasil e do Estado do Ceará, das Leis e das Instituições Democráticas e legislar sobre assunto de interesse local, e no que couber, suplementarmente, á legislação Federal e Estadual. (Art. 15 – C. E.).

II – Instituir:

a) – arrecadar os tributos de sua competência;

b) – feiras livres, regulando-lhes o funcionamento, inclusive de mercados e matadouros;

III – Criar, organizar ou suprimir distritos, observada a Lei n.º 11.659, de 28 de dezembro de 1989, atendido, no que couber, o disposto no § 4º do Art. 18 da Constituição Federal;

IV – Organizar;

a) – e prestar diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o transporte coletivo que tem caráter essencial e o de táxis, fixando-lhes as respectivas tarifas; ( Art. 28, inciso IV – da C. E. e Art. 29 – C. F.).

b) – e regulamentar os seus serviços;

V – dar publicidade a Leis, Decretos, Editais e demais atos administrativos;

VI – Estabelecer o Regime Jurídico de seus servidores e organizar o respectivo quadro, nos termos da lei.



VII – Adquirir os seus bens, inclusive através de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, aceitar doação, autorizar-lhes a venda, hipoteca, aforamento, arrendamento ou permuta;

VIII – Fiscalizar;

a) – os pesos e medidas e as condições de validade dos gêneros alimentícios e perecíveis;

b) – a aplicação de recursos recebidos por órgãos ou entidades;

c) – instalações sanitárias e elétricas, determinar as condições de segurança e higiene das habitações e vistoriar quintais, terrenos não ocupados, baldios, abandonados ou sub-utilizados, obrigando os seus proprietários a mantê-los em condições de higiene, limpeza e salubridade;

IX – Regular:

a) – a fixação de cartazes, letreiros, faixas anúncios, painéis e a utilização de outros meios de publicidade ou propaganda, inclusive eleitoral, nos termos da legislação própria;

b) – através do Código de Postura e/ou do Código de Obras, a construção, reparação, demolição, arruamento e quaisquer outras obras, inclusive abertura, limpeza, pavimentação, alargamento, alinhamento, nivelamento e emplacamento das vias públicas, remuneração de casas e edifícios, construção ou conservação de muralhas, canais, calçadas, viadutos, pontes, bueiros, fontes, chafarizes, jardins, praças de esportes, campo de pouso para aeronave e arborizar ruas, avenidas e logradouros públicos, protegendo as plantas e árvores já existentes;

c) – os serviços funerários e administrar os cemitérios; enquanto não secularizados, os de associações ou confissões religiosas, sendo-lhes defeso recusar sepultura onde não houver cemitério secular; conceder em concorrência pública, sem caráter de monopólio, se o exigir o interesse público, a exploração do serviço funerário;

d) – a utilização dos logradouros públicos, e, no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos, bem como, o estacionamento de táxis e outros veículos;

e) – as atividades urbanas, fixando-lhes condições e horário de funcionamento;

X - Dispor sobre:

a) – registro, vacinação e captura de animais com a finalidade de, entre outras, de erradicação da raiva e de moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

b) – prevenção ou combate ao incêndio, a defesa civil e a prevenção de acidentes naturais, em articulação com a União e o Estado;

c) – apreensão e depósitos de semoventes, mercadorias ou coisas móveis em geral, no caso de transgressão de leis, decretos ou posturas municipais, bem como sobre a forma e condição da venda ou da devolução do que tenha sido apreendido;

d) – limpeza pública, coleta domiciliar e destinação final do lixo urbano;

XI – sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, fixar os limites das zonas de silêncio, disciplinar os serviços de cargas e descargas e a fixação da tonelagem máxima de veículos que nela circulem;

XII – utilizar o exercício do seu poder de polícia nas atividades a sua fiscalização que violarem as normas de saúde, sossego, higiene, segurança, moralidade e outras de interesse de coletividade;

XIII – estabelecer e impor multas ou penas disciplinares por infração de leis, regulamentos ou posturas municipais;

XIV – interditar edificações em ruínas, fazer demolir, restaurar, reparar qualquer construção que ameace a saúde, o bem-estar ou a segurança da comunidade;

XV – expedir alvará de funcionamento de casas de diversões, espetáculos, jogos permitidos, hotéis, bares, restaurante, casas comerciais desde que preencham as condições de ordem, segurança, higiene, promovendo a cassação da respectiva licença no caso de danos à saúde, ao sossego, aos bons costumes e à moralidade pública;

XVI – designar local e horário de funcionamento para os serviços de alto-falantes cujo registro é obrigatório, e manter, sobre eles, a necessária fiscalização em defesa da moral e tranqüilidade pública;

XVII – elaborar e executar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município;





XVIII – instituir e manter em cooperação com a União e os Estados, programas que assegurem:

a) – saúde e assistência pública, proteção e garantia às pessoas portadoras de deficiências:

b) – educação, com prioridade para o ensino fundamental e a pré-escola;

c) – proteger o meio-ambiente;

d) – proteger as florestas, a fauna e a flora;

e) – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

f) – promover programas de habitação com a construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

g) – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

h) – estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;

i) – promover adequado ordenamento territorial no que couber, mediante planejamento e controle, do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, e

j) – promover a proteção do patrimônio histórico cultural local, respeitada a ação fiscalizadora da União e do Estado.

XIX – energizar povoados, vilas ou aglomerados humanos, inclusive executar projetos de linhas de eletrificação rural e de iluminação pública;

XX – conceder licença para;

a) – localização, instalação, e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviço, fixando-lhes horário de funcionamento;

b) – exercício do comércio eventual, ambulante ou informal;

XXI – combater, através da ação social do município as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração dos setores menos favorecidos;

XXII – estabelecer servidões necessárias ao seu serviço e ao interesse comum da coletividade;

XXIII – executar obras de:

a) – construção, abertura, pavimentação e conservação de estradas, vias públicas, parques, jardins e hortos florestais;

b) – edificação e conservação de prédios públicos municipais.

**Art. 10º.** – Nos termos do § 8º Art. 144 da Constituição Federal, poderá o Município, para proteção dos seus bens, serviços e instalações, instituir a Guarda Municipal, cujas atribuições e composição serão definidas por **lei ordinária**.

**Art. 11º.** – O Município participará, igualmente, da composição do Conselho Deliberativo e do Conselho Diretor da Micro – Região a que vier a integrar – se, nos termos da lei complementar estadual ( § 1º., § 2º. do art. 43 – CE ).

§ 1º. – Do Conselho Diretor participarão o Presidente da Câmara, e dois Vereadores, sendo um representante da corrente majoritária e outro da corrente minoritária (Art. 43, § 2º., inciso II, alínea a, da CE).

§ 2º. – Na ausência ou impedimento do Prefeito, competirá ao Vice – Prefeito substituí-lo nas reuniões do Conselho Diretor a que se refere o inciso IV, § 2º., Art. 43 da CE

**Art. 12º.** – O Município poderá celebrar convênios, acordos ou contratos com a União, o Estado, entidades privadas, ou outros Municípios para a execução de programas, projetos, obras, atividades ou serviços de interesse social, coletivo e comum.

**Parágrafo Único** – No prazo máximo de trinta dias, o Prefeito dará ciência à Câmara, dos contratos, convênios ou acordos firmados pelo Município, com órgãos ou entidades públicas ou privadas, acompanhada da respectiva documentação.

**Art.13º.** – São partes legítimas para propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo municipais o Prefeito, a Mesa da Câmara, ou entidade de classe ou organização sindical, nos termos do inciso V, do Art. 127 da Constituição Estadual.

**Art.14º.** – É vedado ao Município:

I – criar distinção ou preferência entre cidadão;

II – instituir:



a) – cultos religiosos ou igrejas, subvencioná – los, embarçar – lhe o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relação de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público ( Art. 19, inciso I – CE );

c) – tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção, em razão de ocupação profissional ou função por eles exercidas, independentemente de denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos, nos termos do Art.150, Constituição Federal e estabelecer diferença tributária entre bens e de serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

III – recusar fé aos documentos públicos;

IV – permitir ou fazer propaganda político – partidária, utilizando bens ou serviços de sua propriedade, ou, ainda, usá – los para fins estranhos à administração do Município;

V – fazer doações, outorgar direito real de uso de seus bens, conceder isenção fiscal e previdenciária, bem como prescindir de receitas ou permitir remissão de dívida sem manifesto notório interesse público, sob pena de nulidade do ato, salvo mediante autorização legislativa específica;

VI – exhibir ou aumentar tributos sem que a lei estabeleça, ou instituir imposto sobre :

a) – o patrimônio, renda ou serviços da União e do Estado, de autarquia e fundação, mantida e instituída pelo poder público;

b) – templo de qualquer culto;

c) – patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, das entidades sindicais de trabalhadores, das instituições de educação e assistência sociais, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) – livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

VII – as vedações do inciso VI, letra **a**, não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados, com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou, em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar impostos relativos ao bem imóvel.

VIII – atribuir nome de pessoa viva a ruas, praças, logradouros, públicos, pontes, viadutos, reservatórios d'água, praças de esporte, estabelecimento de ensino, hospitais, maternidade, auditórios, salas, distritos e povoados.

### SEÇÃO III DOS PODERES MUNICIPAIS

**Art. 15º.** – O governo municipal é exercido pela Câmara, com funções legislativas e, pelo Prefeito, com funções executivas.

**Art. 16º.** – A eleição do Prefeito, do Vice - Prefeito e dos Vereadores realizar-se-á mediante sufrágio direto, secreto e universal, em pleito simultâneo em todo o País, até noventa dias antes do término do mandato daqueles a que devam suceder, obedecido o mandamento federal. (Art. 29 e incisos – C.F.).

I - Os vereadores que integram a Câmara Municipal de Varjota, do Estado do Ceará, fixa o número de vereadores que deverão ser preenchidos no pleito de 03/10/1992, para a legislatura de 1993/1996 em 11(onze) cadeiras. (**redação da Emenda Aditiva da Lei Orgânica do Município N.º 001/1992, 01 de abril de 1992**).

**Parágrafo Único** – O mandato de Prefeito, Vice - Prefeito e Vereadores, terá uma duração de quatro anos e a posse verificar-se-á em 1º de janeiro do ano subsequente à eleição (Art. 29 – C.F.).



### TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

#### CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

#### SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL

**Art. 17º.** - Fica fixado em 11 (onze) o número de vereadores do Município de Varjota – Ce, de conformidade com art. 29, inciso IV, letra “g”, da Constituição Federal, que atribui aos Municípios fixar o número de Vereadores em suas respectivas Câmaras Municipais. **(redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 019/2011, 16 de março de 2011).**

(texto anterior) ~~Art. 17º. – A Câmara Municipal de Varjota será composta por 11 (onze) vereadores, eleitos pelo sistema proporcional, conforme estabelece o parágrafo IV, letra “a”, do art. 29 da Constituição Federal.~~

~~§ 1.º – O número de vagas fixado no caput deste artigo terá vigência e aplicabilidade a partir da legislatura que se inicia em 1.º de janeiro de 2009.~~

~~§ 2.º – As condições de elegibilidade, os números de vereadores, a duração dos mandatos e da legislatura, obedecerão às regras prescritas no artigo anterior. **(redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 014/2008, 30 de junho de 2008).**~~

(texto anterior) ~~Art. 17º. – As condições de elegibilidade, o número de vereadores, a duração dos mandatos e da legislatura, obedecerá às regras prescritas no artigo anterior.~~

**Art. 18º.** – compete à Câmara Municipal, nos termos do Art. 34, da Constituição Estadual, Legislar ou Deliberar sob a forma de Projeto de Lei, sujeito à sanção do Prefeito, especialmente sobre:

I – matéria do peculiar interesse do Município;

II – a realização de referendo destinado a todo seu território ou limitado a distrito, povoado, bairro ou aglomerado urbano;

III – a fixação dos seus tributos;

IV – a elaboração, do sistema orçamentário, compreendendo:

a) – o Plano Plurianual;

b) – a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

c) – o Orçamento Anual;

d) – a iniciativa popular, regularmente formulada relativa às cidades e aos aglomerados urbanos ou rurais.

**Art. 19º.** – cabe, ainda, à Câmara:

I – Proceder a celebração de reuniões com comunidades ou agrupamentos urbanos locais, para estudo e discussão de problemas de direto interesse municipal;

II – Requisitar a órgãos do poder executivo, informações pertinentes às atividades administrativas;

III – A apreciação do veto, podendo rejeitá-lo por maioria absoluta de votos;

IV – Fazer-se representar singularmente, por vereadores das respectivas forças políticas, majoritária ou minoritária, nos conselhos das Micro - Regiões ou região metropolitana, se for o caso. (Art. 34 – Item XII – CE).

V – Compartilhar, com outras Câmaras Municipais, de propostas de emenda à Constituição Estadual;



VI – Emendar a Lei Orgânica, com observância do requisito na maioria de dois terços, com comprovação de dois turnos; (Art. 29 e Art. 11 e § Único – D.T. - C.F. e Art. 27 – CE);

VII – Ingressar em juízo, com procedimento cabível para a preservação e manutenção de interesses que lhes sejam afetos;

VIII – A adoção do Plano Diretor, com audiência e cooperação, sempre que necessário, de entidades ou associações legalmente formalizados; (Art. 29 – inciso X – C.F.).

IX – Executar atividades de fiscalização administrativa e financeira, devendo representar, a quem de direito, contra irregularidades apuradas; (Art. 34, inciso V – CE).

X – Autorizar:

a) – transferência temporária da sede do Governo Municipal, Art. 50, inciso VII – C. E. e Art. 48, inciso VI - C.F. com sanção do Prefeito:

b) – abertura de créditos suplementares, especiais ou adicionais;

c) – a concessão de auxílios e subvenções;

d) – operações de crédito, a forma e os meios de pagamento;

e) – a concessão de direito real de uso de bens municipais;

f) – a remissão de dívida e a concessão de isenções fiscais ou tributárias ou privilégios de quaisquer natureza;

g) – a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem ônus ou encargos;

h) – criação, de cargos, empregos ou funções e fixar – lhes os respectivos vencimentos ou salários, inclusive os da sua secretaria;

i) – a mudança de denominação de próprios;

j) – a delimitação do perímetro urbano da sede municipal, das vilas e dos povoados, observada a legislação específica.

XI – Votar o regime jurídico dos servidores municipais, respeitado o disposto nas Constituições Federal e Estadual;

XII – Manifestar- se sobre o que dispõe o Art. 23, inciso XI, da Constituição Federal.

**Art.20º.** – Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, consignados à Câmara, serão repassados, obrigatoriamente pelo Prefeito, até o dia 20 de cada mês.

§ 1º. – O Conselho de Contas dos Municípios, por provocação do Presidente ou da maioria da Mesa da Câmara ou ainda, pela maioria absoluta dos Vereadores, poderá bloquear os recursos do Município até que cumpra o disposto no caput deste artigo;

§ 2º. – A Câmara terá organização contábil própria, cabendo-lhe prestar contas, ao Plenário, dos recursos que lhe foram consignados, respondendo seus membros por qualquer ilícito, irregularidade ou ilegalidade contidos na sua aplicação.

§ 3º. – Aos balancetes mensais e à Prestação de Contas anual, da Câmara, aplicam-se os mesmos procedimentos legais relacionados com o Poder Executivo. (Art. 35 – e Parágrafos – CE ).

**Art. 21º.** – A Câmara entre outras atribuições, compete privativamente:

I – eleger, anualmente, a sua Mesa, no dia da inauguração da Seção Legislativa, a realizar- se a 1º. de janeiro;

II – elaborar e votar o Regimento Interno;

III – organizar sua Secretária, dispondo sobre seus servidores, provendo-lhes os respectivos cargos, empregos ou funções;

IV – dar posse ao Prefeito e ao Vice – Prefeito;

a) – conceder-lhe a renúncia ou afastá-los do exercício do cargo respectivo, mediante processo regular;

b) – licenciá-los, nos termos desta lei e do regimento Interno;

V – conceder licença ao vereador nos três termos regimentais;

IV – fixar a remuneração do Prefeito, do Vice - Prefeito e dos Vereadores, observado a respeito, o que dispõem, as constituições Estadual e Federal, nos termos do artigo 29, cap. da Constituição Federal.



VII – julgar as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara e demais responsáveis por bens, valores e rendas públicas, bem como o relatório sobre a execução do plano do governo municipal. (Art. 42 e parágrafos e 49 inciso IV da C.F.).

VII – efetuar, a tomada de contas do Prefeito, em caso de descumprimento que dispõe o Art. 42 da constituição Estadual;

IX – declarar, pelo voto de dois terços de seus membros, procedente a acusação contra o Prefeito, o Vice - Prefeito e os Secretários, nos crimes de responsabilidade e julga-los no prazo de 120 dias, da instauração do processo.

X – instituir Comissões de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, mediante requerimento de um terço de seus membros;

XI – compor as comissões permanentes, nas quais é assegurada a participação obrigatória e proporcional dos partidos com representação na Câmara;

XII – solicitar informações ao Prefeito exclusivamente relacionadas com matéria legislativa em tramitação na Câmara e sujeita à sua fiscalização;

XIII – cumprir o pedido de convocação extraordinária da Câmara feita pelo Prefeito, notificando os vereadores, nos termos regimentais, com antecedência mínima de três dias, da data aprazada para a convocação;

XIV – representar ao Ministério Público Estadual, para fins de direito, sobre a desapropriação das contas do Prefeito, quando manifesta a ocorrência de dolo ou má fé devidamente comprovados pelo Conselho de Contas dos Municípios;

XV – informar ao Conselho de Contas dos Municípios, em prazos nunca superior a trinta dias, do descumprimento da prestação de contas nos prazos legais, por parte do Prefeito Municipal;

XVI – representar o Governador do Estado, mediante maioria absoluta de seus membros, em documento fundamentado, solicitado intervenção no Município, pelo não cumprimento do que dispõe qualquer dos incisos do Art. 39 da Constituição Estadual;

XVII – requerer ao Conselho de Contas dos Municípios, o exame de qualquer documento referente às Contas do Prefeito;

XVIII – convocar, por sua iniciativa, ou de qualquer de suas Comissões, Secretários, Dirigentes de Autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações municipais para, pessoalmente, prestar informações sobre assuntos específicos que lhes forem solicitados, por decisão da maioria absoluta de seus membros, com o atendimento, no prazo de quinze dias, sob pena de crime de responsabilidade;

XIX – prender, por sua mesa, em flagrante, qualquer pessoa que perturbe a ordem dos trabalhos, que desacate o poder Legislativo ou qualquer de seus membros, quando em sessão ou no seu recinto; o ato de flagrante será lavrado pelo Secretário ou outro membro da Mesa e será assinado pelo Presidente e por duas testemunhas sendo, em seguida, encaminhado, juntamente com o detido, à autoridade policial para o respectivo procedimento processual;

XX – receber o Prefeito, e seus Secretários, ou dirigentes de órgãos municipais sempre que qualquer deles manifeste o propósito de expor, pessoalmente, assuntos de interesse público;

XXI – convocar suplente de Vereador nos casos de licença, morte, renúncia ou impedimento legal de outra natureza, do titular;

XXII – deliberar sobre assunto de sua economia interna ou de sua privativa competência;

XXIII – participar do Conselho Deliberativo da Micro – Região a que pertencer o Município ( Art. 34, item XII – C.E ).

XXIV – fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo incluído, se houver, os da administração indireta, e sustar – lhe os atos normativos que exorbitem do seu poder regulamentar ( Art. 49, inciso V e X – C.F.).

**Art. 22º.** – Caberá a Câmara Municipal a sustentação da execução, no todo ou em parte, da norma impugnada, após tomar ciência da decisão através da comunicação do Tribunal de Justiça do Estado;



**Art. 23º.** – A Câmara funcionará, em prédio próprio ou público, independente da sede do Poder Executivo.

**Art. 24º.** – Ao vereador fica assegurada a faculdade de contribuir para o órgão da previdência estadual, na mesma base percentual dos seus servidores públicos, conforme a lei vier de estabelecer.

**Parágrafo Único** – Lei Complementar Estadual regulamentará a concessão de aposentadoria e pensão ao vereador. (Art. 33 § 2º. – CE).

**Art. 25º.** – As contas anuais do Município, Poderes Executivos e Legislativo – serão apresentadas à Câmara Municipal até o dia 31 de janeiro do ano subseqüente, ficando, durante sessenta dias, à disposição, de qualquer contribuinte, nos termos da lei; decorridos este prazo, as contas serão, até o dia dez de abril de cada ano, enviadas, pela Presidência do Legislativo ao Conselho de Contas dos Municípios que emitirá o competente parecer técnico. (Art. 42 § 4º CE)

**Art. 26º.** – No início de cada legislatura, a 1º de janeiro, às 17:00 horas, em sessão solene de instalação da nova legislatura, independente do número de vereadores presentes, sob a presidência do(a) vereador(a) mais votado, e na falta deste, o mais idoso entre os presentes, os vereadores prestarão compromisso e tomarão posse. (**redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 06/2005, de 15.04.2005.**)

~~(texto anterior) No início de cada legislatura, a 1º de janeiro, às 14:hs, em sessão solene de inauguração, independente do número, sob a presidência do Vereador mais votado, e na falta deste, do mais idoso entre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.~~

§ 1º – O Vereador que não se empossar na Sessão de Inauguração, deverá fazê-lo no prazo de trinta dias, salvo motivo de força maior, justificado perante a Câmara.

§ 2º – No ato de posse, o Vereador servidor público, deverá observar o disposto no inciso III do Art. 38 da Constituição Federal.

§ 3º – Por ocasião da posse e ao término do mandato, deverão os Vereadores fazer declaração de bens, integralmente transcritas em livro próprio, que resumidamente, constará em ata.

§ 4º – O compromisso de posse, a que se refere este artigo, será proferido pelo Presidente, que, de pé, com todos os presentes fará o seguinte juramento: **“Prometo cumprir, com dignidade, probidade, lealdade e fidelidade, o mandato que me foi outorgado, observar as leis do País, do Estado e do Município, trabalhar pelo engrandecimento de Varjota e pelo bem em geral do povo”.**

§ 5º – Ato contínuo, procedida a chamada nominal, cada vereador, novamente de pé, declarará: **“Assim o prometo”.**

## SEÇÃO II ATRIBUIÇÕES DA MESA DA CÂMARA

**Art. 27º.** – Imediatamente após a posse, os vereadores reunir-se-ão, sob a presidência dos mais votados entre os presentes, e, por maioria absoluta da totalidade dos membros da câmara, elegerão, por escrutínio secreto, os componentes da Mesa que automaticamente, se empossarão.

§ 1º. – Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta, ou, se houver empate, proceder-se-á imediatamente, a novo escrutínio por maioria relativa, e se o empate persistir, considerar-se-á eleito o mais idoso.

§ 2º. – Não havendo número legal, o vereador, que tiver assumido a direção dos trabalhos, permanecerá na presidência e, convocará sessões extraordinárias, até que se efetive a eleição.

**Art. 28º.** – A Renovação da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Varjota realizar-se na última Sessão Ordinária do mês de novembro de cada Período Legislativo, sobre a Presidência do Presidente (a) em exercício, sendo que, o escrutínio será nominal e aberto.

**Parágrafo Único** – Os eleitos a que se refere este artigo serão empossados no dia 1º de janeiro do ano subseqüente, às 17:00 horas, em sessão solene para no plenário da Câmara Municipal. (**redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 020/2013, de 23.05.2013.**)





~~(texto anterior) Art. 28º. – A renovação da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Varjota realizar-se-á na última sessão ordinária do mês de novembro de 2º Período Legislativo, sob a Presidência do atual Presidente em exercício, sendo que, o escrutínio será nominal e aberto.~~

~~**Parágrafo Único** – Os oloitos a que se refere este artigo serão empossados no dia 1º de janeiro, às 17:00 horas, em sessão solene para empossar a nova Mesa Diretora da Câmara Municipal de Varjota. (redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 017/2008, de 12.11.2008.)~~

~~(texto anterior) Art. 28 – A renovação da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Varjota realizar-se-á no dia 30 de novembro da 2ª Sessão Legislativa, sob a Presidência do atual Presidente em exercício, sendo que, o escrutínio será nominal e aberto.~~

~~§ Único – A posse dos oloitos a que se refere este artigo obedecerá ao artigo 27 desta Lei Orgânica. (redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 04/1994, de 25.10.1994.)~~

~~(texto anterior) Art. 28 – A renovação da Mesa realizar-se-á no primeiro dia de inauguração da terceira Sessão Legislativa Ordinária, obedecidas às mesmas normas prescritas no artigo anterior.~~

**Art. 29º.** – A Mesa Diretora da Câmara, terá a seguinte composição: um Presidente, um Primeiro Vice - Presidente, um segundo Vice - Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário. (redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 02/1992, de 01.06.1992.)

**Parágrafo Único** – O Primeiro Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas faltas, impedimentos, ausências e vacâncias, o segundo Vice-Presidente ocupará o lugar do primeiro, quando este estiver faltado por qualquer natureza. O mesmo procedimento será aplicado para o segundo secretário, quando na falta do primeiro secretário. (redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 02/1992, de 01.06.1992.)

~~(texto anterior) - Na mesa, tanto quanto possível, fica assegurada a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que se representem na Câmara.~~

**Art. 30º.** – Com exceção do Presidente da Câmara, os demais membros da Mesa Diretora poderão participar das comissões permanentes e das demais comissões instaladas na Câmara Municipal. . (redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 05/2001, de 25.11.2001.)

~~(texto anterior) - Nenhum membro da Mesa poderá participar de Comissão Permanente ou de Comissão Parlamentar de inquérito.~~

**Art. 31º.** – O mandato da Mesa diretora será de 01 (um ano) **PROIBIDA** a reeleição de qualquer um dos seus membros para o mesmo cargo na mesma legislatura. (redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 020/2013, de 23.05.2013.)

~~(texto anterior) Art. 31º. – O mandato da Mesa diretora será de 02 (dois anos) **PROIBIDA** a reeleição de qualquer de seus membros, para o mesmo cargo na mesma legislatura. (redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 18/2011, de 28.01.2011.)~~

~~§ 1.º – Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em Legislatura diferentes, ainda que sucessivas.~~

~~§ 2.º – Qualquer componente da Mesa poderá ser substituído pelo o voto de dois terços dos membros da Câmara, usando quando alcançado por atos de improbidade, no exercício do mandato, ou, reiteradamente, negligenciar obrigações regimentais.~~

~~(texto anterior) - Art. 31º. – O mandato da Mesa diretora será de 02 (dois) anos permitida a recondução de qualquer de seus membros, para o mesmo cargo na mesma legislatura. (redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 07/2005, de 29.04.2005.)~~



~~(texto anterior) - O mandato da Mesa será de dois anos, proibida a reeleição de qualquer de seus membros, para o mesmo cargo. (Art. 29, inciso VII combinado com o Art. 57 § 4º. Da C.F. e Art. 47 § 2º. CE).~~

**Parágrafo Único** – Qualquer componente da Mesa poderá ser substituído pelo o voto de dois terços dos membros da Câmara, usando quando alcançado por atos de improbidade, no exercício do mandato, ou, reiteradamente, negligenciar obrigações regimentais.

**Art.32º.** – Compete à Mesa, dentre outras atribuições:

I – Propor Projetos de Lei, ao Plenário que criem ou extingam cargos, empregos ou função na Secretária da Câmara e fixem a respectiva remuneração, ou que concedem quaisquer vantagens pecuniárias e/ou aumento de vencimentos ou salários de seus servidores.

II – Elaborar e enviar ao Executivo até 31 de Agosto, após provação plenária, a proposta Orçamentária do Município e fazer a discriminação analítica das dotações respectivas, bem como alterá-las, quando necessário;

III – Suplementar dotações orçamentárias do Poder Legislativo, observado o limite da autorização constante da Lei Orçamentária, desde que os recursos, para sua abertura, sejam provenientes da anulação total ou parcial de dotações já existentes.

IV – Promulgar Decretos Legislativos e Resoluções, dentro de quarenta e oito horas, após sua aprovação;

V – Determinar a abertura de sindicância ou inquéritos administrativo sobre fatos pertinentes à Câmara ou que envolvam a atuação funcional de seus servidores, ou sobre assunto que se enquadre na área da competência legislativa;

VI – No início da sessão legislativa, oferecer parecer às proposições, em tramitação, enquanto não constituídas as Comissões Permanentes;

VII – Autorizar despesas e, determinar, no âmbito da Câmara, a abertura de concorrências e julgá-las.

### SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES DA PRESIDÊNCIA

**Art.33º.** – Ao Presidente da Câmara, dentre outras atribuições, compete:

I – representar a Câmara em juízo ou fora dela;

II – dirigir, executar e disciplinar os trabalhos Legislativos e administrativos da Câmara;

III – interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV – declarar extinto o mandato do Prefeito, do Vice- Prefeito e de Vereador, nos casos previstos em Lei;

V – requisitar o numerário destinado à manutenção da Câmara;

VI – apresentar ao plenário sob pena de responsabilidade, até o dia trinta de cada mês subsequente, prestação de contas relativas à aplicação dos recursos recebidos, acompanhada da documentação alusiva a matéria que ficará a disposição dos vereadores para exame; (**redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 008/2007, de 09.03.2007**).

~~(texto anterior) VI – apresentar ao Plenário, sob pena de responsabilidade, até o dia 15 de cada mês, subsequente, prestação de contas relativas à aplicação dos recursos recebidos, acompanhada da documentação alusiva à matéria, que ficará à disposição dos Vereadores, para exame. (Art.35 § 2º, combinado com o Art. 42 da CE);~~

VII – manter a ordem no recinto da Câmara;

VIII – representar, à autoridade competente, sobre inconstitucionalidade de leis, ilegalidade ou lesividade de atos municipais, ao Conselho de Contas dos Municípios.

IX – conceder ajudas de custo, diárias ou gratificação por venda de representação de gabinete.

**Parágrafo Único** – O Presidente da Câmara Municipal perceberá, como representação, o mesmo valor da que for atribuída ao Prefeito Municipal.





## SEÇÃO IV DAS COMISSÕES

**Art.34º.** – Na Câmara Municipal funcionarão Comissões Permanentes e Temporárias, constituídas na forma da lei, do Regimento Interno ou de ato legislativo que as tenha a instituído.

**Art.35º.** – As Comissões Permanentes serão eleitas, anualmente, no início de cada sessão legislativa, com mandato de um ano, permitida a reeleição;

§ 1º. Na constituição da Mesa e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou blocos parlamentares que integrem a Câmara.

§ 2º. Cabe às Comissões, em razão de sua competência:

I – discutir e votar projetos de lei que dispensar, na forma do Regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um terço dos membros da Casa;

II – realizar audiências públicas, com entidades sediadas no Município, representadas por parcelas organizadas da comunidade;

III – receber petição, representação ou queixa de qualquer pessoa física ou jurídica contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública;

IV – convocar Secretários Municipais ou dirigentes de repartições locais para prestar informações sobre assuntos pertinentes;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade, cidadão ou órgão da sociedade civil sobre assunto específico;

VI – apreciar programas de obras, planos municipais, globais ou setoriais, sobre eles emitindo parecer.

§ 3º. – Será sempre ímpar o número dos membros das Comissões Permanentes, Temporárias ou de Inquérito, cabendo às lideranças partidárias ou a blocos Parlamentares, a indicação dos seus membros, obedecida a proporcionalidade numérica.

**Art.36º.** – A Câmara Municipal, mediante requerimento de um terço de seus membros poderá criar Comissão Especial de Inquérito que terá poderes de investigações próprias das autoridades judiciais, para apurar fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para promoção da responsabilidade civil ou criminal dos infratores, nos termos do Art. 58, § 33º. Da Constituição Federal.

§ 1º. – Os membros das Comissões Especiais de Inquérito, a que se refere este artigo, no interesse da investigação, bem como os membros das Comissões Permanentes em matéria de sua competência, poderão, em conjunto ou isoladamente:

I – proceder a vistoria e levantamento nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas onde terão livre ingresso e permanência;

II – requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;

III – transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença, ali realizando os atos que lhes competirem;

IV – proceder as verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da Administração direta e indireta;

§ 2º. É fixado em quinze dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, prazo para que os responsáveis pelos órgãos de administração direta ou indireta prestam as informações e encaminhem os documentos requisitados pelas Comissões Especiais de Inquérito.

§ 3º. No exercício de suas atribuições poderão, ainda, as Comissões Especiais de Inquérito, através de seu Presidente:

I – determinar as diligências que reputarem necessária;

II – requerer a convocação de Secretários ou dirigente de órgão municipal ou Diretor Municipal e ocupantes de cargos assemelhados;



III – tomar depoimento de quaisquer autoridade, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso.

§ 4º. O não atendimento às determinações contidas nos parágrafos anteriores, no prazo estipulado, faculta ao Presidente da comissão solicitar, na conformidade da legislação federal, a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a legislação.

## SEÇÃO V DAS SESSÕES DA CÂMARA

**Art.37º.** – A Câmara Municipal de Varjota reunir-se-á, em dois períodos Ordinários, 1º de janeiro à 30 de junho, e de 1º de agosto à 30 de novembro, ficando assim julho e dezembro de recesso. *(redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 03/1993, de 25.08.1993.)*

*(texto anterior) - A Câmara Municipal reunir-se-á, em sua sede, anualmente, em dois períodos Ordinários: 31 de janeiro a 30 junho e de 01 de agosto à 30 de novembro, ficando assim, julho, dezembro, e janeiro de recesso.*

§ 1º. – A Câmara municipal poderá reunir-se, fora de sua sede, desde que autorizada pela maioria absoluta de seus membros;

§ 2º. – No período extraordinário, a Câmara somente deliberará sobre a matéria, objeto da convocação.

§ 3º. – As Sessões Extraordinárias serão convocadas, pelo Presidente da Câmara ou por quem haja substituído com antecedência de 03 (três) dias, mediante comunicação escrita aos vereadores, ou por edital afixado, em lugar próprio do edifício da Câmara.

§ 4º. – A Sessão Legislativa Extraordinária poderá ser convocada:

I - pelo Prefeito Municipal;

II – pelo Presidente da casa;

III – pela maioria absoluta da totalidade de seus membros.

**Art. 38º.** – Nos termos desta Lei Orgânica, a Câmara Municipal reunir-se-á a 1º de janeiro para a posse do Prefeito, Vice - Prefeito e Vereadores, como também, para a eleição e posse da Mesa Diretora da Câmara Municipal para o 1º Biênio da Legislatura; *(redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 009/2007, de 09.03.2007).*

*(texto anterior) - Excepcionalmente, nos termos desta Lei Orgânica, a Câmara reunir-se-á a 1º de janeiro para a posse do Prefeito, Vice - Prefeito e Vereadores e eleição da respectiva Mesa, cujo mandato será renovada em igual data na terceira Sessão Legislativa.*

**Parágrafo Único** – ~~após cumpridas as formalidades previstas neste artigo, a Câmara entrará em recesso, reabrindo na data prevista no artigo anterior para o período normal de funcionamento.~~

**Art. 39º.** – A Sessão será secreta se houver deliberação da maioria dos membros da Câmara, no interesse da segurança ou do decoro parlamentar.

**Art. 40º.** – os períodos de sessões Ordinárias são improrrogáveis, ressalvada a hipótese de convocação extraordinária.

**Art. 41º.** – As sessões da Câmara serão abertas, com a presença de, no mínimo um terço de seus membros, considerando-se presente o Vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem do Dia, e participar dos trabalhos e das votações em Plenário.

## SESSÃO VI DAS DELIBERAÇÕES



**Art. 42º.** – As deliberações da Câmara, salvo disposição em contrário, serão tomadas por maioria simples de votos, presente a maioria absoluta de seus membros. (Art. 47 – C.F.).

§ 1º. – Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara a aprovação ou alteração das seguintes proposições:

I – Códigos:

- a) tributário;
- b) de obras e edificações;
- c) de posturas;

II – Estatutos:

- a) dos Servidores Públicos Municipais;
- b) do Magistério;

III – Regimento Interno da Câmara.

IV – Regime Jurídico único e plano de carreira para os Servidores Municipais.

V – Organização, funcionamento, criação, transformação ou extinção de cargos, de empregos e funções de seu serviço, e, fixação da remuneração de seu pessoal, por resolução, observados os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

VI – Leis Complementares.

VII – Plano de Educação, Saúde, Agricultura e outros que venham a ser elaborados.

VIII – Decretação da perda de mandato de Vereador, nos casos expressos em Lei.

§ 2º - Só pelo voto de dois terços de seus membros, poderá a Câmara Municipal:

I – Conceder isenção ou subvenção para entidades e serviços de interesse público;

II – Anistia da dívida ativa, nos casos de calamidade pública de comprovada pobreza do contribuinte e de instituições, legalmente, reconhecidas de utilidade pública e sem fins lucrativos;

IV – recusa ao parecer prévio do conselho de Contas dos Municípios, sobre as contas do Prefeito e da mesa da Câmara; (Art.42, § 2º. da CE– § 2º. Do Art. 31 – C.F.).

**Art. 43º.** – Dependerão, ainda, do voto favorável de dois terços, aprovação de matéria concernente:

I – Ao plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

II – A concessão ou permissão de serviços públicos e de direito real de uso;

III – A alienação, aquisição ou cessão de bens imóveis;

IV – A concessão de títulos de cidadania honorária, ou qual quer outra honraria, através de projeto de lei de iniciativa de qualquer Vereador ou do Prefeito Municipal;

V – A representação que solicite alteração de nome de distrito ou povoado ou que modifique denominação de próprios, vias ou logradouros públicos;

VI – A destituição de componentes da Mesa;

VII – A alteração desta **Lei Orgânica**;

VIII – Autorização ou instauração de processo, por crime de responsabilidade do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

**Art. 44º.** – O voto será sempre público, ressalvadas as exceções previstas em lei.

## SEÇÃO VII DOS VEREADORES

**Art. 45º.** – O vereador, na circunscrição do Município, é inviolável, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, nos termos do inciso VI, do Art. 29 da Constituição Federal e Art. 36 da Constituição Estadual.

**Parágrafo Único** – Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações (Art.53,§ 5º.,combinado com o Art. 29 inciso VII – C.F.).

**Art. 46º.** – Nenhum Vereador poderá:



I – Desde a expedição do diploma:

a) – firma ou manter contrato com pessoas jurídicas de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou empresa concessionária do serviço público municipais, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) – aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive, os que sejam demissíveis “ad nutum”, nas entidades referidas na anterior, ressalvado no inciso III do Art. 175 da Constituição Estadual e Art. 52 incisos – da CE

II – Desde a posse:

a) – na administração municipal, ser proprietário, controlador, diretor ou sócio de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público ou nela exerça função remunerada.

b) – patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o artigo I, alínea “a”, deste artigo.

c) – Ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo, (Art. 54, II da C.F. e Art.52 e incisos da CE).

**Parágrafo Único** – a infração do disposto neste artigo implicará em perda do mandato, declarada por maioria absoluta dos membros da Câmara.

**Art. 47º.** – além do caso de perda de mandato, já numerados, perderá o mandato ainda, o vereador que:

I – proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com decoro na sua conduta pública ou na sua ação política;

II – fixar domicílio eleitoral, outra circunscrição, de acordo com o inciso IV, § 3º. Do Art. 14 – da Constituição Federal;

III – Abusar das prerrogativas que lhe são asseguradas ou perceber, no exercício do mandato, vantagens ilícitas ou indevidas;

IV – deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa, à terça parte das Sessões Ordinárias, salvo licença ou missão autorizada pela Câmara; (Art.55 – Inciso III, combinado com Inciso VII do Art. 29 da Constituição Federal);

V – Perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

VI – sofrer condenação criminal, em sentença transitada em julgado, ou quando o decretar a justiça eleitoral.

§ 1º. – Extinguir-se-à o mandato do vereador, declarado pelo Presidente da Câmara, quando:

I – Ocorrer o falecimento ou renúncia do titular do mandato;

II – deixar de tomar posse, sem motivo justificado, no prazo estabelecido nesta Lei e incidir em impedimento para o exercício do mandato.

§ 2º. – Excetuando-se o caso de falecimento, em qualquer das outras hipóteses enumeradas no “caput” deste artigo, assegurar-se-à ampla defesa ao vereador alcançado.

§ 3º. – Comprovado o fato extinto, o Presidente, na primeira sessão, dará ciência ao plenário e fará contar, em ata, a declaração da extinção do mandato, convocando, imediatamente, o suplente respectivo.

§ 4º. – Havendo omissão do Presidente, quanto às providências expressas no parágrafo anterior, o suplente diretamente beneficiado, os partidos políticos ou qualquer do povo, poderão requerer declaração de extinção do mandato, diretamente à Câmara ou, na negativa desta, por via judicial.

**Art. 48º.** – Não perderá o mandato o vereador:

I – investido no cargo de Secretário Municipal ou Secretário de Estado, ou equivalentes ou de interventor, podendo optar pela remuneração de Vereador ou do cargo a exercer; (Art.29 – Item VII e Art. 56 da C.F. – Art. 54 Item I da CE).

II – Licenciado, por motivo de doença devidamente comprovada ou, para estar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias, por sessão, legislativa;(Art. 56,inciso II – C.F.);



III – Para desempenhar missão de caráter temporário ou de interesse do Município;

§ 1º. – Ocorrida a hipótese prevista neste artigo, far-se-á convocação do suplente, respeitada a ordem de colocação na respectiva legenda, coligação ou aliança partidária.

§ 2º. – Ocorrendo vaga, sem que haja suplente, e faltando mais de quinze meses para o término do mandato a Câmara através da presidência, provocará a Justiça eleitoral para o cumprimento do disposto no Art. 54 da Constituição Estadual e, Art. 56 § 2º da Constituição Federal.

**Art. 49º.** – É vedado ao Vereador ausentar-se do Município, sem prévia licença da Câmara, por tempo superior a trinta dias e, para o exterior, por qualquer tempo, sob pena de perda do mandato.

**Art. 50º.** – É defeso ao Vereador votar ou participar de deliberação de matéria em que tenha interesse direito ou de parente consanguíneo ou afim até o 3º. grau, implicando o desrespeito, a essa proibição, em nulidade de votação.

## CAPÍTULO II

### SEÇÃO I DO PROCESSO LEGISLATIVO

**Art. 51º.** – O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

I – emendas e leis complementares a esta **Lei Orgânica**;

II – Leis Ordinárias;

III – Leis Delegadas;

IV – Medidas provisórias;

V – Decreto Legislativo e Resoluções.

**Art. 52º.** – A iniciativa das leis delegadas cabe ao Prefeito, ou comissão da Câmara, devendo ser concedida através de Decreto Legislativo que especificará o seu conteúdo e os termos do seu exercício, vedada, a apresentação de qualquer emenda, quando apreciadas pelo Plenário.

**Parágrafo Único** – Os atos da competência privativa da Câmara e a legislação sobre planos plurianuais, orçamento e dotações orçamentárias não serão objeto de delegação.

**Art. 53º.** – A medida provisória, tem força de lei, somente será adotada em caso de calamidade pública, pelo Prefeito Municipal para abertura de crédito extraordinário, devendo submetê-la no prazo de 24 horas à Câmara que, estando em recesso será convocada para deliberar, no prazo de cinco dias.

**Parágrafo Único** – se não for convertida em Lei, no prazo de 30 dias, a partir de sua publicação, a medida provisória perderá eficácia, devendo a Câmara Municipal disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes.

### SEÇÃO II DAS EMENDAS A LEI ORGÂNICA

**Art. 54º.** – A **Lei Orgânica** poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço dos membros da Câmara;

II – do Prefeito Municipal;

III – por iniciativa popular, obedecendo ao disposto no inciso XI, do Art. 29 da Constituição Federal;

§ 1º. – A **Lei Orgânica** não poderá ser emendada na vigência de intervenção Estadual ou Municipal, Estado de Defesa ou Estado de Sítio.

§ 2º. – A emenda à Lei Orgânica será discutida e votada pela Câmara municipal, em dois turnos, com observância da maioria de dois terços, nos termos do Inciso XIV do Art. 34 da Constituição do Estado.

§ 3º. – A emenda à **Lei Orgânica** será prolongada pela mesa da Câmara com obediência ao respectivo número de ordem.



§ 4º. – Não será objeto de deliberação proposta manifestamente contrária à ordem constitucional vigente e que fira a harmonia dos poderes municipais.

§ 5º. – A matéria constante de emenda rejeitada ou havida por Prejudicada, não poderá ser objeto de nova proposta para o mesmo período legislativo.

### SEÇÃO III DAS LEIS

**Art. 55º.** – A iniciativa das Leis cabe:

I – Aos vereadores;

II – Ao Prefeito;

III – As Comissões Permanentes da Câmara Municipal;

IV – Aos cidadãos, nos casos e na forma prevista nesta Lei.

**Art. 56º.** – São de iniciativa privada do Prefeito, as Leis que dispõe sobre:

I – regime jurídico dos servidores, providos de cargos, estabilidade e aposentadoria;

II – criações de cargos, funções ou empregos na administração direta e autarquia ou aumento de sua remuneração;

III – Organização administrativa, matéria tributária e orçamentária e serviços públicos;

IV – Criação, estruturação e atribuições das secretarias Municipais e órgãos da administração Pública.

§ 1º. – Não será admitido o aumento da despesa prevista:

a) Nos projetos de iniciativa do Prefeito Municipal, com as exceções previstas no Art. 166 §§ 3º e 4º. Da Constituição Federal.

b) Nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal. (Art. 60 incisos e parágrafos CE e inciso II – do Art. 63 – C.F.).

c) Nos projetos de iniciativa popular;

d) Observados os demais termos de transmissão das Leis Ordinárias, as Leis Complementares serão aprovadas por maioria da totalidade dos membros da Câmara Municipal. ( Art. 61 – CE).

§ 2º. – As propostas dos cidadãos serão submetidas, inicialmente, à comissão de constituição e justiça, que se manifestará sob a sua admissibilidade e constitucionalidade, seguindo, se aprovada pela comissão, o rito do processo legislativo ordinário.

**Art. 57º.** – O Prefeito Municipal poderá solicitar que os projetos de Lei, de sua iniciativa, sejam apreciados dentro de quarenta e cinco dias.

§ 1º – O pedido de apreciação, dentro do prazo estabelecido neste artigo, deverá se conter na mensagem de encaminhamento do Projeto à Câmara Municipal.

§ 2º – Na falta de deliberação, no prazo previsto neste artigo, o Projeto será automaticamente incluído na Ordem do Dia, em regime de urgência, em duas sessões consecutivas, considerando-se definitivamente rejeitado, se, ao final, não for apreciado.

§ 3º – O prazo referido neste artigo, não contará nos períodos de recesso parlamentar.

§ 4º – A apreciação das emendas ao projeto referido neste artigo, pela Câmara, far-se-á no prazo de dez dias.

### SEÇÃO IV DA SANÇÃO E DO VETO

**Art. 58º.** – O Projeto, aprovado pela Câmara, através do Presidente será remetido ao Prefeito Municipal que, no prazo máximo de quinze dias, aquiescendo, sancionará.

§ 1º – Se o Prefeito, considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional, ou contrário ao interesse público, veta-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, comunicando os motivos do veto, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara.





§ 2º – O veto parcial somente incidirá sobre texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

§ 3º – O silêncio do Prefeito, dentro de quinze dias, importará em sanção.

§ 4º – O veto será apreciado, em escrutínio nominal e aberto, em discussão única e votação dentro de trinta dias, a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado por maioria absoluta da totalidade dos Vereadores que compõem a Câmara Municipal. (**redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 010/2007, de 09.03.2007**).

~~(texto anterior) O veto será apreciado, em escrutínio secreto, em discussão única e votação dentro de trinta dias, a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado por maioria absoluta da totalidade dos vereadores.~~

§ 5º – Se o veto for mantido, será o Projeto enviado ao Prefeito, para a promulgação.

§ 6º – Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas todas as demais proposições até sua votação.

§ 7º – Se a Lei não for promulgada, dentro de quarenta e oito horas, pelo Prefeito, nos casos dos parágrafos 3º e 5º, o Presidente da Câmara a promulgará; se este não o fizer, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

§ 8º – A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 9º – A matéria, constante de Projeto de Lei rejeitado, somente se constituirá objeto de novo Projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal. (Art. 66 – C. E.).

**Art. 59º.** – A matéria, constante de projeto de lei rejeitado, somente se constituirá objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal. (Art. 66 – C. E.).

## CAPÍTULO IV DO EXECUTIVO MUNICIPAL

### SEÇÃO I DO PREFEITO E DO VICE – PREFEITO

**Art. 60º.** – O Prefeito e o Vice - Prefeito, maiores de vinte e um anos, eleito mediante sufrágio direto, secreto e universal, para mandato de quatro anos, obedecida a legislação específica, tomarão posse, perante a Câmara Municipal, no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição. (Art.29, inciso III da C. F. e Art. 37 § 1º da CE).

§ 1º – Em caso de notória impossibilidade de reunião da Câmara, o Prefeito e o Vice - Prefeito tomarão posse perante o juízo de Direito da Comarca. Se houver, na Comarca, mais de um Juiz, a posse dar-se-á perante o mais antigo na entrância.

§ 2º – Se decorridos dez dias da data para a posse, do Prefeito ou Vice - Prefeito, não haja assumido o cargo, será este declarado vago, salvo comprovado motivo de força maior.

§ 3º – Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, no prazo previsto no parágrafo anterior assumirá o Vice - Prefeito, e na falta ou impedimento deste, ou no caso de vacância de ambos os cargos, serão sucessivamente, chamados ao exercício do Executivo Municipal, o Presidente da Câmara, o Vice-Presidente que substitua ou o mais votado dos vereadores.

**Art. 61º.** – Vagando os cargos de Prefeito e Vice - Prefeito, far-se-á a eleição, sessenta dias após aberta a última vaga.

§ 1º – Ocorrendo a vacância, nos últimos dois anos do mandato, a eleição para ambos os cargos, dar-se-á trinta dias após a última vaga, pela Câmara Municipal, por maioria absoluta da totalidade dos Vereadores, devendo os eleitos completarem o restante do período ( Art. 81 § 1º. – C. F. e Art. 87 § único da C. E.).

§ 2º – Não alcançando o quorum previsto no parágrafo anterior, na primeira votação, far-se-á um segundo escrutínio; e havendo empate, considera - se - á eleito o mais idoso.



**Art. 62º.** – O Prefeito e o Vice – Prefeito tomarão posse, em sessão da Câmara Municipal, prestando o seguinte compromisso:

“Prometo cumprir, defender e manter a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado do Ceará e esta **Lei orgânica**, observar as leis e promover o bem geral da coletividade **Varjota**.

**Art. 63º.** – O Prefeito e o Vice - Prefeito no ato da posse e no término do mandato, farão declaração de bens, aplicando-se-lhes, desde a diplomação as proibições e impedimentos estabelecidos para os Vereadores.

## SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL

**Art. 64º.** – Compete, privativamente, ao Prefeito Municipal:

I – representar o município;

II – sancionar, promulgar e fazer publicar as Leis, bem como expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;

III – exercer, com auxílio dos secretários e órgãos que lhe sejam subordinados, a direção da administração municipal;

IV – vetar projetos de Leis, por razões de conveniência, oportunidades, institucionalidade ou que contrariem o interesse público;

V – apresentar projetos de Lei;

VI – prover os cargos públicos;

VII – elaborar os projetos;

a) do Plano Plurianual;

b) da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

c) do Orçamento Anual.

VIII – Participar, com direito a voto, de órgãos colegiados que componham o sistema de gestão das aglomerações urbanas da micro-região a que esteja vinculado o município. (Art. 38 – itens da CE).

IX – contrair empréstimo, interno ou externo, com prévia autorização Legislativa;

X – decretar desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou interesse social.

XI – decretar estado de calamidade pública;

XII – mediante autorização Legislativa, subscrever ou adquirir ações, realizar ou aumentar capital de sociedade de economia mista, ou de empresa pública, desde que haja recursos disponíveis.

XIII – conceder ou fixar, por portaria ou decreto, ajudas de custo, diárias ou gratificações por verba de representação de gabinete.

XIX – conferir condecorações e distinções honoríficas.

**Art. 65º.** – São crimes de responsabilidade, os atos do Prefeito que atentarem contra a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a **Lei Orgânica do Município** e, especialmente, contra:

I – A existência do Município;

II – O livre exercício da Câmara Municipal;

III – o exercício dos direitos políticos, individuais, sociais e coletivos;

IV – a probidade na administração;

V – A Lei Orçamentária;

VI – O cumprimento das leis e de decisões jurídicas.

**Parágrafo Único** – O Prefeito será julgado perante o Tribunal de Justiça, nos crimes comuns e pela Câmara nos de responsabilidade. ( Art.29, inciso III – C. F. )

**Art. 66º.** – Perderá o mandato o Prefeito que:

I – ausentar-se do Município por prazo superior a dez dias, sem prévia licença da Câmara, na conformidade do Art.37 § 9º da Constituição Estadual;





II – assumir outro cargo ou função na administração pública, direta ou indireta, ressalvada investidura decorrente de concurso público, observado o disposto Art. 38, inciso I, IV, V da Constituição Federativa. ( Art. 29, inciso XII combinado com o Art. 28 parágrafo único da Constituição Federal.)

**Art. 67º.** – Compôr-se-á a remuneração do Prefeito de subsídio e representação, fixada pela Câmara Municipal, obedecido o disposto no inciso V – do Art. 29 da Constituição Federal, respeitado no que couber, a Constituição Estadual.

§ 1º – Os valores do subsídio e da representação do Prefeito serão reajustados na data e na razão dos aumentos concedidos ao Governador do Estado.

§ 2º – Em caso de omissão da Câmara Municipal, na fixação dos valores do subsídio e da representação do Prefeito deverão prevalecer os limites previstos no parágrafo anterior. ( Art.37, §§ 6º e 8º da – CE).

**Art. 68º.** – O Prefeito e o Vice - Prefeito, regularmente, licenciados, farão jús à percepção da remuneração, quando:

I – A serviço ou missão de representação do Município;

II – Impossibilitados, ao exercício do cargo, por motivo de moléstia grave, devidamente comprovada.

**Art. 69º.** – Ao Vice-Presidente compete substituir o titular, em seus impedimentos ou ausências, e, suceder-lhe em caso de vaga; representar o Município e exercer outras atividades por delegação do Prefeito, bem como substituí-lo nas reuniões do Conselho Diretor da Micro-Região a que se integra o Município, nos termos do Artigo 11 desta lei. (Art.38 § 1º – CE).

**Parágrafo Único** – O Vice –Prefeito, ocupante de cargo ou emprego no Estado ou no Município, ficará à disposição da Municipalidade, enquanto nessa condição, sem prejuízo dos salários ou vencimentos e demais vantagens que venha percebendo na sua repartição de origem, nos termos do parágrafo 2º Art.38 da Constituição Estadual.

**Art. 70º.** – O Vice- Prefeito perceberá vencimento não superior dois terços da remuneração atribuída ao Prefeito, cabendo –lhes, quando no exercício desse cargo, por mais de quinze dias, o vencimento integral, assegurado ao titular efetivo.(§ 3º – Art.38 da C. E.).

**Art. 71º.** – Havendo intervenção no Município, nos termos dos Artigos 39 e 40 da Constituição Estadual, o interventor tomará posse e prestará compromisso perante à Câmara Municipal.

**Parágrafo Único** – A remuneração do interventor será a mesma atribuída ao Prefeito afastado.

### SEÇÃO III DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

**Art. 72º.** – Os Secretários Municipais, auxiliares de confiança do Prefeito e de sua livre escolha, são responsáveis pelos atos que praticarem ou referendarem no exercício do cargo.

**Art. 73º.** – Os Secretários Municipais serão escolhidos, dentre brasileiros, maiores de dezoito anos, e, no pleno exercício dos seus plenos direitos políticos.

§ 1º – Compete-lhes, além de outras atribuições conferidas nesta **Lei Orgânica**:

I – Orientar, coordenar, dirigir, superintender e fazer executar os serviços de sua Secretária;

II – Referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito, no âmbito da sua pasta;

III – Expedir atos e instruções para fiel execução desta **Lei Orgânica**, das leis, decretos e regulamentos;

IV – Fazer, anualmente, a estimativa orçamentária de sua secretaria e apresentar relatório de sua gestão;

V – Comparecer à Câmara Municipal, quando convocados ou convidados ou perante as suas Comissões para prestar esclarecimentos, sobre assuntos específicos;

VI – Prestar informações que lhe sejam solicitadas pela Câmara Municipal, no prazo de trinta dias, implicando o não atendimento ou a prestação de informações falsas, em crime de responsabilidade;

VII – Praticar atos decorrentes de delegação do Prefeito.



§ 2º – Nos crimes comuns, os Secretários Municipais serão julgados pelo Juiz da Comarca e nos de responsabilidade, pela Câmara Municipal.

§ 3º – Os Secretários Municipais, ao assumirem ou deixarem o cargo deverão fazer declaração de bens. (Art. 83 § 2º da CE).

## **CAPÍTULO V DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

### **SEÇÃO I DAS NORMAS GERAIS**

**Art. 74º.** – A administração Municipal obedecerá os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e mais o seguinte nos termos previstos no Art.37 da Constituição Federal e Art.154 da Constituição Estadual;

I – os cargos, funções e empregos públicos municipais são acessíveis aos que preencham os requisitos da lei;

II – a investidura, em cargo, função ou emprego público, na administração municipal, depende de prévia aprovação em concurso público de provas, ou, de provas de títulos, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão ou funções de confiança, declarados em lei, de livre nomeação e exoneração;

III – o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma só vez, por igual período;

IV – durante o período improrrogável previsto no edital de convocação, a qual aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado, prioridade, sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, objeto do concurso;

V – os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica, ou profissional, nos casos e condições previstos em lei. (inciso V – Art. 37 – C.F.).

VI – é garantido ao servidor público municipal o direito à livre associação sindical; sendo que o direito de greve obedecerá os termos e os limites de lei complementar federal;

VII – Lei Municipal fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores municipais, observados como limites máximos os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer títulos, pelo Prefeito. ( Art. 37, inciso XI, parte final, – C.F.).

VIII – A revisão geral da remuneração dos servidores municipais, far-se-á sempre no mesmo índice e na mesma data;

IX – Os vencimentos ou salários dos órgãos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo; (Art.37, XII da C. F.).

X – É vedada vinculação ou equiparação de vencimentos ou salários para o efeito de remuneração do pessoal dos serviços público municipal, inclusive ao salário mínimo ressalvado o disposto no inciso XII – do Art. 37 e 39 §1º da Constituição Federal, e Art. 154, inciso XII – Constituição Estadual;

XI – Os vencimentos dos servidores públicos municipais serão irredutíveis e a remuneração observará o disposto no inciso XV – Art.37 – C.F.

XII – Os casos da contratação por tempo determinado, não superior a seis meses, para atender a necessidade temporária de excepcional ( Art.37, IX – C.F. combinado com o inciso XIV – Art.154, inciso XIV – da CE).

XIII – É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horário para:

- a) – dois cargos de professor;
- b) – a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) – a de dois cargos privativos de médico;

XIV – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Municipal.



XV – a administração fazendária e seus servidores terão dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XVI – somente por lei específica, poderão ser criadas empresas públicas, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação públicas dependendo de autorização legislativa a participação delas em empresa privada ou a criação de subsidiárias;

§ 1º – A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º – A inobservância do disposto nos incisos II e III – do artigo 37 da Constituição Federal, implicará na nulidade do ato, respondendo a autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º – Os atos de improbidade administrativa a importarão suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade de bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação prevista em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 4º – Os prazos de prescrição para ilícitos por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízo ao erário, ressalvadas as respectivas as ações de ressarcimento, serão estabelecidas em lei federal.

§ 5º – As prestadoras de serviços públicos, pessoas jurídicas de direito público ou privado, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. ( Art. 37 e § 6º – C.F.).

§ 6º – Ressalvados os casos de dispensa e inexibibilidade prevista em lei, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que, assegure igualdade de condições a todo concorrente.(Art.154-- inciso XX da CE e Art.37 inciso XXI — C.F.).

§ 7º – Lei Municipal reservará percentual de cargos ou empregos públicos, para as pessoas portadoras de deficiência, definindo os critérios de sua admissão. ( Art. 37, VIII – C.F.).

§ 8º. – As reclamações relativas a prestação de serviços públicos, serão disciplinadas em Lei.

**Art. 75º.** – É assegurado o controle popular na prestação dos serviços públicos mediante direito de petição. (Art. 158 da CE).

**Art. 76º.** – Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, e parte legítima para, na forma da lei, obter informações sobre convênios e contratos realizados pelo Município, para execução de obras ou serviços, podendo denunciar qualquer irregularidade ou ilegalidade, à Câmara Municipal ou ao Conselho de Contas dos Municípios. (Art.160 – CE).

**Parágrafo Único** – Em cumprimento ao disposto neste artigo, os órgãos ou entidades contratantes remeterão ao Conselho de Contas e a Câmara Municipal cópias do inteiro teor dos contratos ou convênios firmados, no prazo de trinta dias após a sua assinatura, sob pena de invalidade de seus efeitos.

**Art. 77º.** – O não cumprimento dos encargos trabalhistas das prestadoras de serviços, no âmbito Municipal, implicará na rescisão de contrato sem direito a indenização. (Art. 154, inciso VIII da CE).

## SEÇÃO II DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

**Art. 78º.** – O Município instituirá regime jurídico único e plano de carreira para servidores da administração pública direta e, se houver das autarquias e das Fundações Públicas Municipais. ( Art.39 – C.F.).

**Parágrafo Único** – a lei assegurará aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos ou salários para cargos, empregos ou funções de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder, ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou local de trabalho.

**Art. 79º.** – São direitos do servidor público Municipal, entre outros :

I – Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou valor da aposentadoria;

II – Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

III – Salário família para seus dependentes, fixado em Lei Municipal;



IV – Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais; (**redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 011/2007, de 09.03.2007**).

(*texto anterior*) ~~Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais;~~

V – Repouso semanal remunerado;

VI – Remuneração do serviço extraordinário, superior, no mínimo em 50% do normal;

VII – Gozo de férias anuais remuneradas com, um terço a mais do salário normal;

VIII – Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de cento e oitenta dias; (**redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 011/2007, de 09.03.2007**).

(*texto anterior*) ~~Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de cento e vinte dias;~~

IX – Participação de serviços públicos na gerência de fundos e entidades para os quais contribuam, na área Municipal. (Art. 167, inciso IX CE).

X – Direitos de reunião em locais de trabalho, desde que não exista comprometimento de atividades funcionais regulares;

XI – Liberdade de filiação política-partidária;

XII – Licença especial de três meses, após a implementação de cada cinco anos de efetivo exercício;

XIII – O servidor que, contar tempo igual ou superior ao fixado para aposentaria voluntária, terá provento calculado no nível de carreira ou cargo de acesso, imediatamente superior, dentro do quadro a que pertencer;

XIV – A gratificação natalina do aposentado ou pensionista terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano;

§ 1º – Aplicam-se ainda, aos Servidores municipais o disposto nos incisos IV, VI, VII, XIX, XX, XXII, XXIII, XXX, do Artigo 7º, da Constituição Federal.

§ 2º – O servidor que contar tempo de serviço igual ao fixado para aposentadoria voluntária com proventos integrais ou aos setenta anos de idade, aposentar-se-á com as vantagens do cargo em comissão em cujo exercício se encontrar, desde que haja ocupado, durante cinco anos ininterruptos, ou tenha incorporado.

§ 3º – O Servidor, ao aposentar-se terá o direito de perceber, na inatividade, como provento básico o valor de que tratam o inciso III e os §§ 1º e 2º do Art. 167 da Constituição Estadual, combinado com o disposto no Art. 40 e incisos da Constituição Federal.

**Art. 80º.** – São estáveis , após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em decorrência de concurso público.

§ 1º. – O servidor Municipal estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial, transitada em julgado, ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º. – Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzindo ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º. – Extinto o cargo ou função temporária ou, declarada sua desnecessidade, o servidor ou funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo ou função. ( Art. 41 e parágrafos da C.F. e 172 da CE).

**Art. 81º.** – a lei fixará os vencimentos ou salários dos servidores públicos municipais, sendo vedada a concessão de gratificação, adicionais ou quaisquer vantagens pecuniárias por decreto ou ato administrativo. (Art. 173 – CE).

**Art. 82º.** – Ao servidor público Municipal, em exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes regras:

I – tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado do cargo, emprego ou função que exerçam;



II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo de remuneração do cargo eletivo, e não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V – para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se em efetivo exercício estivesse. ( Art.38 da C.F. e 175, inciso II – CE).

**Art. 83º.** – O servidor será aposentado :

I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais, quando decorrente de acidentes em serviços, moléstia profissional ou doenças graves, contagiosa ou incurável, especificada em lei e proporcionais nos demais casos;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III – voluntariamente:

a) – aos trinta e cinco anos de serviço, se o homem, e aos trinta anos, se mulher, com proventos integrais;

b) – aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e , aos vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;

c) – aos trinta anos de serviços, se homem, aos vinte e cinco anos se mulher, com proventos proporcionais há este tempo;

d) – aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, aos sessenta se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

§ 1º– A lei Complementar Federal poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III a e c, no caso do exercício de atividade consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§ 2º – A lei disporá sobre aposentadoria em cargos, funções ou emprego temporário;

§ 3º – O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, será computado, integralmente, para efeito de aposentadoria e disponibilidade;

§ 4º. – Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e data, sempre que se modificar a remuneração do servidor em atividade, sendo também estendido aos inativos e pensionistas quaisquer vantagens ou benefícios posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 5º. – Para efeito de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana na forma e nos termos do que dispõe o § 2º do Art. 202 da Constituição Federal.

§ 6º. – O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade de vencimentos, salários ou proventos do servidor falecido, na forma do parágrafo 4º. deste artigo. ( Art. 40, parágrafo 5º. da C.F. e 168, parágrafo 5º. da CE).

**Art. 84º.** – O servidor público Municipal, quando investido nas funções de direção máxima de entidade representativa de classe ou conselheiro de entidade de fiscalização do exercício das profissões liberais, não poderá ser impedido de exercer suas funções nas respectivas entidades, nem sofrerá prejuízo dos seus salários e demais vantagens que já percebam na sua instituição de origem.

**Parágrafo Único** – ao servidor afastado do cargo de carreira do qual é titular com ou sem a percepção dos vencimentos ou salários, é assegurado o direito de contar o período de exercício das funções das entidades referida no “caput” deste artigo, ocorrido durante o afastamento, como efetivo, exercício do cargo. (Art.169 e parágrafo – CE).

**Art. 85º.** – A empresa, autarquia, fundação ou sociedade de economia mista que integrem a organização municipal terá Conselho representativo por servidores das respectivas entidades e por esses escolhidos em votação direta e secreta.





**Art. 86º.** – É obrigatório a fixação do quadro, de servidores com a lotação de cargos, funções ou empregos sem o que não será permitida a remuneração ou contratação de servidores.(Art.162– CE).

**Art. 87º.** – Os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, no impedimento ou na indisponibilidade de bens e no ressarcimento ao erário, na forma e graduação prevista em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.(Art. 37 parágrafo 4º.da C.F.).

**Art. 88º.** – Os deficientes físicos, sensoriais ou não, que ingressarem no serviço público, após vinte e cinco anos de atividade, caso não sobrevenha doença correlata ou agravante. Art.165 – CE).

**Art. 89º.** – Fica assegurada a maioria de dezesseis anos, a participação nos concursos públicos para ingresso nos serviços da administração Municipal. (Art.155 da CE).

**Art. 90º.** – Nos termos do Art. 156 da Constituição Estadual, Lei Municipal estabelecerá as circunstâncias e exceções em que se aplicarão sanções administrativas, inclusive a demissão ou destituição do cargo, emprego ou função do servidor público do Município que :

I – firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de Direito Público, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço;

II – for proprietário, controlador ou diretor de empresa que tenha contrato com pessoas jurídicas de direito público;

III – patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I.

**Art. 91º.** – Na forma do parágrafo único do art.149 da Constituição Federal poderá o Município instituir contribuição cobradas dos seus servidores para o custeio, em benefício destes, e sistema de previdência e, assistência social.

**Parágrafo Único** – Será vedada contratação de servidores de terceiros para realização de atividades que possam ser exercidas por servidores.

### SEÇÃO III DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

**Art. 92º.** – A fiscalização financeira e orçamentária do Município será exercida pela Câmara e pelos sistemas de controle interno do Executivo Municipal, na forma da lei.

**Art. 93º.** – Os Poderes Legislativo e Executivo Municipal manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, e execução de programas de governo e dos orçamentos do Município;

II – comprovar a legalidade e avaliação dos resultados quando à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração Municipal bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

III – Exerce o controle das operações de créditos, avais garantias, bem como dos direitos e haveres do município;

IV – Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

**Parágrafo Único** – Os responsáveis pelo controle internos Poderes Executivo e Legislativo, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade, adotarão providências para a sua comprovação e apuração de responsabilidades, além de darem, obrigatoriamente, conhecimento da ocorrência ao Conselho de Contas dos Municípios, sob pena de responsabilidade solidária.

**Art. 94º.** – A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município, e de suas entidades, quanto à legalidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno dos Poderes Municipais.

**Parágrafo Único** – Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos, ou elos quais o município responda ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária. (Art. 77 e parágrafo único da C. E.).



**Art. 95º.** – Na conformidade do disposto no § 3º do Art. 164, da Constituição Federal as disponibilidades de caixa do Município – poderes Executivo e Legislativo – serão depositados em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em Lei.

§ 1º. – As aplicações financeiras no mercado aberto com recursos do município devem ser feitos exclusivamente em instituições financeiras oficiais, em conta corrente da Prefeitura ou da Câmara Municipal.

§ 2º. – Obrigatoriamente a Prefeitura e a Câmara manterão em seu arquivo, para análise, quando for o caso, pela própria Câmara ou Conselho de Contas dos Município, os extratos bancários da administração Municipal para o acompanhamento da movimentação bancária.

**Art. 96º.** – Os pagamentos realizados pelos Poderes municipais efetuar-se-ão mediante a emissão de cheques nominais assinados pelos respectivos dirigentes e servidor previamente designado para tal fim.

§ 1º. – É obrigatório a juntada de nota fiscal e de recibo nas compras efetuadas pelo Município, com identificação clara do credor ou de quem recebeu a importância consignada, através do cadastro de pessoa física e do número de sua cédula de identidade.

§ 2º. – Lei ordinária poderá excluir da exigência do parágrafo anterior pequenas despesas e de pronto pagamento, estabelecendo limites.

**Art. 97º.** – O não cumprimento do disposto nos artigos 35 e 42 da Constituição Estadual importará no bloqueio das contas da Prefeitura pelo Conselho de Contas dos Município, se provocado.

**Parágrafo Único** – Cessarão os efeitos estabelecidos neste artigo logo que foram atendidas as exigências legais.

**Art. 98º.** – Qualquer cidadão, Partido Político, associação ou Sindicato, legalmente constituído, e parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidade ou ilegalidade perante o Conselho de Contas dos Municípios. ( Art. 80 § 2º. da CE e § 2º. – Art.74 – C.F.).

**Art. 99º.** – Para fins de apreciação e julgamento, o Prefeito e o Presidente da Câmara Municipal encaminharão ao Conselho de Contas dos Município :

I – as contas a seu cargo, para exame e parecer prévio, bem como, as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou qualquer irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;

II – para fins de registro e exame de sua legalidade, os atos de admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, da administração direta e indireta, inclusive das fundações públicas Municipais, excetuadas as nomeações para cargos de provimento em comissão, bem assim as concessões de aposentadorias, reformadas e pensões, ressalvadas as melhoria posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório. (Art.78 da CE).

**Art. 100º.** – A Câmara Municipal poderá solicitar ao Conselho de Contas do Município, inspeção e auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais. (Art. 78, inciso IV – C. E. ).

**Art. 101º.** – Caberá a Câmara por maioria absoluta de seus membros, sustar a execução de contratos celebrados pelo poder Público municipal, impugnados pelo conselho de Contas dos Municípios, solicitando de imediato, ao Poder Executivo ou à Presidência da Câmara, as medidas cabíveis, que deverão ser efetivadas no prazo máximo de trinta dias. (Art. 78, §§ 1º e 2º CE).

**Parágrafo Único** – Se a Câmara Municipal ou o Poder Executivo, no prazo de trinta dias, não efetivarem as providências determinadas neste artigo, o Conselho de Contas dos Municípios dotará as medidas legais compatíveis.

**Art. 102º.** – O Prefeito é obrigado enviar à Câmara e ao Tribunal de Contas dos Municípios, até o dia trinta do mês subsequente, prestação de Contas relativas a aplicação dos recursos recebidos acompanhada da documentação alusiva a matéria, que ficará a disposição dos vereadores para exame. (*redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 012/2007, de 09.03.2007*).

~~(texto anterior) O Prefeito é obrigado enviar à Câmara Municipal e ao Conselho de Contas dos Municípios, até o dia 15 do mês subsequente, prestação de contas relativa à aplicação dos recursos~~



~~recebidos acompanhada da documentação alusiva à matéria, que ficará à disposição dos Vereadores para exame;~~

§ 1º. – Constitui crime de responsabilidade a inobservância do disposto neste artigo. (Art.42, § 1º. da CE).

§ 2º. – O Parecer Prévio sobre a Prestação de Conta Anual do Poder Executivo emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros que compõem a Câmara Municipal. **(redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 012/2007, de 09.03.2007).**

~~(texto anterior) O parecer prévio sobre as contas que a Mesa da Câmara e o Prefeito deve prestar anualmente, emitido pelo Conselho de Contas dos Municípios só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.~~

§ 3º. – A apreciação das Contas a que se refere o § 2.º do art. 102.º, dar-se-á no prazo de sessenta dias após o recebimento do Parecer Prévio do Tribunal de Contas dos Municípios, ou estando a Câmara Municipal em recesso, durante os dois primeiros meses da sessão legislativa imediata, conforme observado os seguintes preceitos: **(redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 012/2007, de 09.03.2007).**

~~(texto anterior) A apreciação das contas da Mesa e do Prefeito, dar-se-á no prazo de trinta dias após o recebimento do parecer prévio do Conselho ou, estando a Câmara em recesso, durante o primeiro mês da sessão legislativa imediata, observados os seguintes preceitos:~~

I – decorrido o prazo, se quem se tenha tomado a deliberação as contas serão tidas como aprovadas ou rejeitadas, conforme a conclusão do parecer do Conselho.

II – Rejeitadas as contas, com ou sem apreciação da Câmara, serão elas remetidas ao Ministério Público para os fins legais.

§ 4º. – As contas anuais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município serão apresentadas à Câmara até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, ficando durante 60(sessenta) dias à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da Lei e, decorrido este prazo, as contas serão, até o dia 10 de abril de cada ano, enviadas pela Presidência da Câmara ao Conselho de Contas dos Municípios, para o competente parecer prévio.

**Art. 103º.** – O Município, nos termos do Art.162 da Constituição Federal, divulgará, até o último dia do mês subsequente ao dar arrecadação, o montante de cada um dos tributos arrecadados, dos recursos recebidos, dos valores de origem tributária, entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

**Parágrafo Único** – A divulgação será feita em cumprimento ao disposto no “caput” deste artigo, através de órgão de comunicação social ou, na falta deste, com a fixação detalhada dos montantes recebidos, em lugar próprio nas sede da Prefeitura e da Câmara Municipal.

### TÍTULO III DAS FINANÇAS PÚBLICAS

#### CAPÍTULO I NORMAS GERAIS

#### SEÇÃO I DOS IMPOSTOS MUNICIPAIS

**Art. 104º.** – Compete ao Município instituir impostos, nos termos do Art. 156 da Constituição Federal, combinado com o Art.202 da Constituição Estadual sobre :

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão inter – vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direito a sua aquisição;





III – vendas a varejo, de combustíveis líquidos ou gasosos, exceto óleo diesel.

IV – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no Art.155, inciso I, letra b, da Constituição Federal, definidos em Lei Complementar Federal.

**Parágrafo Único** – O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos de lei Municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade, conforme disposto no § 4º, inciso II, do Art.182 da Constituição Federal.

**Art. 105º.** – Pertencem, ainda, ao Município :

I – parcela do produto de arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores;

II – parcela do produto de arrecadação sobre operações relativas à circulação de mercadoria e sobre prestação de serviços de transportes interestaduais, intermunicipais e de comunicações;

III – parcela do produto de arrecadação do imposto da União sobre propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis nele situados;

IV – parcela da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, previsto no inciso II, Art. 159 da Constituição Federal obedecido seu § 3º. ;

V – parcela do produto de arrecadação do imposto da União, sobre renda e provento de qualquer natureza, estabelecido no inciso I, Art. 158 da Constituição Federal.

**Parágrafo Único** – As parcelas que lhe forem devidas serão creditadas em conta do Município, nos dias dez e vinte e cinco de cada mês, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade a autoridade faltosa, nos termos do inciso IV do Art. 198 da Constituição Estadual.

**Art. 106º.** – Poderá o Município instituir contribuição de melhoria decorrente de obras públicas, ou estabelecer taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou eventual de serviços públicos específicos prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

**Art. 107º.** – A administração tributária do Município deverá dotar-se de recursos humanos e materiais necessários ao exercício de suas atribuições, principalmente:

a) – cadastramento dos contribuintes das atividades econômicas;

b) – lançamento tributários;

c) – inscrição dos inadimplentes na dívida ativa respectiva cobrança amigável ou judicial.

**Art. 108º.** – Poderá o Município através da Lei ordinária, criar um Conselho, constituído prioritariamente por servidores designados pelo Prefeito e contribuintes indicados por entidades representativas e categorias econômicas e profissionais, com atribuições de decidir, com grau de recurso, as reclamações sobre lançamento de impostos ou questões tributárias.

**Parágrafo Único** – Enquanto não for instituído o órgão previsto neste artigo, os recursos serão decididos pelo Prefeito.

**Art. 109º.** – Anualmente, o Prefeito Municipal promoverá a utilização da base de cálculo de tributos municipais.

§ 1º – O Prefeito Municipal por decreto, instituirá comissão na qual participarão além de Servidores do Município representantes dos contribuintes, para atualização de cálculo de impostos Predial e Territorial Urbano IPTU.

§ 2º – O imposto municipal sobre serviços, de qualquer natureza e as taxas decorrentes do exercício do poder da polícia obedecerão aos índices de atualização de corrente monetária, podendo ser atualizados mensalmente.

**Art. 110º.** – A concessão de isenção, anistia, ou remissão em matéria tributária só poderão ser concedidas através de leis específica, aprovada pela maioria de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 1º – A remissão somente ocorrerá em estado de calamidade pública ou de notória pobreza do contribuinte.

§ 2º – A concessão de isenção, anistia ou moratória não gera direito adquirido, podendo ser revogada, de ofício desde que o beneficiário tenha descumprido as condições e os requisitos para a sua concessão.



**Art. 111º.** – os créditos provenientes de impostos, taxas, contribuições de melhorias, muitas de qualquer natureza, de correntes de infrações da legislação tributária, não resgatadas nos prazos pré-estabelecido, serão escritas como dívida ativa.

**Parágrafo Único** – Responderá a inquérito administrativo a autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo, emprego ou função independentemente do vínculo que mantenha com o município quando ocorrer decadência por culpa sua do direito de restituir crédito tributário ou a prescrição da ação de cobrá-las devendo responde civil, criminal e administrativamente e indenizar ao Município no valor de créditos não cobrados.

## SEÇÃO II DO ORÇAMENTO

**Art. 112º.** – Leis de iniciativa do Poder Executivo Municipal estabelecerão :

- I – O Plano Plurianual;
- II – As diretrizes Orçamentárias; e
- III – Os Orçamentos Anuais.

§ 1º. – A Lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e métodos de política financeira Municipal e outros delas decorrentes e para as relativas aos programas de continuada duração.

§ 2º. – A Lei de Diretrizes Orçamentárias definirá as metas e prioridades do Plano Plurianual, incluindo as despesas de capital, para o exercício financeiro subsequente; orientará a elaboração da Lei Orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

§ 3º. – O projeto de Lei de diretrizes Orçamentárias deverá ser encaminhamento pelo Executivo à Câmara Municipal, até trinta de abril de cada ano devendo, em sessenta dias do seu recebimento, estar concluída a sua elaboração, exigindo-se maioria absoluta para sua aprovação, obedecida as normas comuns do processo legislativo.

§ 4º. – O Poder executivo Municipal publicará, no prazo de trinta dias, após a expiração de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, obrigando-se-à prestação de esclarecimento que lhe sejam solicitados pela Câmara Municipal ou pelo Conselho de Contas dos Municípios.

**Art. 113º.** – Os planos e programas municipais previstos nesta Lei Orgânica serão elaborados em consonância com o plano Plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.

**Art. 114º.** – A Lei Orçamentária anual compreenderá :

- I – o orçamento fiscal referente os Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações públicas municipais;
- II – o orçamento de investimento de empresa em que o município detenha a maioria de capital social em direito a voto.

§ 1º. – O Projeto de Lei Orçamentária será acompanhado de demonstrativo setorizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistia, remissões e benefícios de natureza financeira, tributária ou creditícia.

§ 2º. – os orçamentos previstos nos incisos I e II deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções, a de reduzir desigualdade inter-distritais obedecido o critério populacional.

§ 3º. – A Lei Orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo, na proibição, a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da Lei. ( Art.165, incisos e parágrafos da C.F.).

**Art. 115º.** – Os Projetos de Lei relativos ao Plano Plurianual, às diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos créditos adicionais, suplementares ou especiais devem observar as normas do processo legislativo ordinário. (Art. 166 da C.F. e 204 da CE).

**Art. 116º.** – As emendas ao Projeto.



I – Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre dotações para pessoal e seus encargos e serviços da dívida.

III – sejam relacionadas com a correção de erros e omissões ou com os dispositivos do texto do projeto de lei receptiva.

§ 1º. – as emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias não poderão ser aprovadas caso se incompatibilizem com o Plano Plurianual. (Art. 166§§ 3º. e 4º. , incisos I, II, III – C.F. – Art.204 da CE).

§ 2º. – O Prefeito Municipal, enquanto não tiver sido apreciado pela comissão competente o projeto de LEI referido no artigo anterior, poderá propor modificações aos Projetos alusivos neste Capítulo.

§ 3º. – os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

**Art. 117º.** – São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual;

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvada as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovados pela Câmara Municipal, por maioria absoluta.(Art. 167 inciso III da C. F. ).

IV – a vinculação de receitas de impostos a órgãos, fundo ou despesa ressalvada a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e para o fomento à pesquisa científica e tecnológica, além da prestação de garantias às operações de crédito, conforme dispõe os artigos 212, 218, 165 da Constituição Federal.

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização da Câmara municipal.

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados.

VIII – a instituição de fundo de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º. – nenhum investimento, cuja execução ultrapasse o exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano Plurianual ou sem Lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º. – os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que foram autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reaberto nos limites do seu saldo, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º – A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender às despesas imprevistas e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observada, no que couber, o disposto no Artigo 62 da Constituição Federal (Art.167, §§ e incisos da C.F. e Art. 205, §§ o incisos da CE).

**Art. 118º.** – A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não ultrapassará os limites estabelecidos em lei complementar federal, nos termos do Art.169 da Constituição Federal.

**Parágrafo Único** – A concessão de qualquer vantagem, aumento, de remuneração, a criação de cargos ou alteração da estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, somente poderão ser feitas :

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;



II – se houver autorização específica na lei de Diretrizes Orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e sociedades de economia mista, se houver.

**Art. 119º.** – Os pagamentos devidos pelo Município, em virtude de sentença judicial, far-se-ão, exclusivamente, na ordem cronológica de apresentação e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

**Parágrafo Único** – É obrigatória a inclusão no Orçamento de verba necessária ao pagamento de seus débitos, constantes de precatórias, apresentadas até 1º. de julho, data em que terão atualizados seus valores, fazendo-se o pagamento até o final de exercício seguinte.

## TÍTULO IV DO PATRIMÔNIO E DOS ATOS MUNICIPAIS

### CAPÍTULO I DOS BENS MUNICIPAIS

#### SEÇÃO I DA ALIMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO E DA CESSÃO

**Art. 120º.** – Constituem bens municipais, imóveis ou rurais, coisas móveis, semoventes, utensílios e equipamentos, haveres, títulos ou ações, pertencentes ao Município, cabendo ao Prefeito administrá-los, respeitada a competência da Câmara no que lhe diz respeito.

**Parágrafo Único** – Os bens municipais de qualquer natureza anualmente deverão ser cadastrados no serviço do patrimônio da municipalidade, cujo inventário detalhado será encaminhado ao Poder Legislativo, até 31 de janeiro de cada ano.

#### SEÇÃO II DA ALIENAÇÃO

**Art. 121º.** – A alienação de bens municipais será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas :

I – quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação ou permuta;

II – Quando móveis, dependerá de licitação exceto nos casos de doação, para fins assistências ou de interesse relevante.

#### SEÇÃO III DA AQUISIÇÃO

**Art. 122º.** – A aquisição de bens imóveis, por compra, permuta ou desapropriação, dependerá de prévia avaliação e de autorização legislativa.

**Art. 123º.** – Os bens municipais deverão ser cadastrados com a identificação respectiva, numerando-se os móveis, segundo for estabelecido em regulamento.

**Art. 124º.** – A cessão dos bens municipais, a terceiros, poderá ser feita mediante concessão, permissão, comodato, ou autorização, conforme o interesse público o exigir.

**Parágrafo Único** – A permissão de uso será feita, a título precário, por ato unilateral do Prefeito.

**Art. 125º.** – A administração de mercados, matadouros, casas de espetáculos, praças de esportes e de qualquer modalidade e cemitérios, será regulamentada por decreto executivo.



**Art. 126º.** – O Prefeito regulamentará por decreto a cessão a particulares de máquinas e operadoras da Prefeitura, desde que se sem prejuízo para seus serviços e mediante prévia remuneração, nos termos do disposto nesta **Lei Orgânica**.

**Parágrafo Único** – A concessão de bens municipais dependerá de lei municipal e de licitação e far-se-á mediante contrato no prazo determinado, sob pena de nulidade do ato.

**Art. 127º.** – Nenhum servidor, responsável pelo controle dos bens patrimoniais do Município, poderá ser dispensado, transferido ou exonerado, sem que comprove, através de atestado fornecido pelo órgão competente da Prefeitura, que devolveu os bens móveis que estavam sobre sua guarda e proteção.

**Art. 128º.** – O servidor municipal que extraviar bens municipais ou causar-lhes danos responderá civil e criminalmente pelos prejuízos ocorridos, devendo o órgão competente abrir inquérito administrativo, independente de despacho de qualquer autoridade e propor a ação cabível, se for o caso.

**Art. 129º.** – Poderá o Município conceder direito real de uso, mediante concessão, de bens municipais, dispensando-se essa exigência no caso de serviço público, entidades assistências sem fins lucrativos ou verificar-se relevante e notório interesse público.

## CAPÍTULO II DOS ATOS MUNICIPAIS

### SEÇÃO I DA FORMA DA PLUBLICIDADE E PUBLICAÇÃO

**Art. 130º.** – A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. (§ 1º. do Art.37 da C.F.).

**Art. 131º.** – É obrigatório, nos termos da lei civil, a publicação dos atos municipais.

§ 1º. – A publicação das leis e atos dos Poderes Executivo e Legislativo, salvo onde houver imprensa oficial, poderá ser feita em órgão de imprensa local ou regional, ou através do Diário Oficial do Estado ou ainda afixação em lugar próprio, na sede da Prefeitura ou na Câmara Municipal, respectivamente.

§ 2º. – A publicação dos atos não normativos, de portarias, de admissão, contratação ou nomeação de pessoal, poderá fazer-se resumidamente.

§ 3º. – Os atos de efeito externo somente produzirão eficácia jurídica após a publicação em serviços de alto-falantes ou em emissoras de rádio, existentes no Município, sem prejuízo da providências prevista no § 1º. deste artigo.

**Art. 132º.** – Os atos administrativos da competência do Prefeito formalizam-se :

I – mediante Decreto numerado em ordem cronológica, quando se tratar de :

- a) – regulamentação de leis;
- b) – criação e extinção de gratificações quando autorizadas em leis;
- c) – abertura de créditos especiais e suplementares;
- d) – declaração de utilidade pública ou de interesse social efeito de desapropriação;
- e) – criação, alteração e extinção de órgãos e da Prefeitura, quando autorizada em lei;
- f) – definição da competência dos órgãos e das atribuições dos serviços da Prefeitura, não privativas de lei;
- g) – aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da administração direta;
- h) – aprovação dos estatutos dos órgãos da administração descentralizada;
- i) – fixação e alteração dos preços dos serviços concedidos e autorizados;
- j) – permissão para exploração de serviços públicos e para uso de bens municipais;
  - l) – aprovação de planos de trabalho dos órgãos da administração direta;
- m) – criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administrativos, não privativas da lei;



- n) – medidas executórias do plano diretor;
- o) – estabelecimento de normas de efeitos externos, não privativas de lei;

II – mediante portaria, quando se tratar de :

a) – provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeito individual relativos aos servidores municipais;

- b) – lotação e relocação nos quadros de pessoal;
- c) – criação de comissões e designação de seus membros;
- d) – instituição a dissolução de grupos de trabalhos;
- e) – autorização para contratação de servidores, por prazo determinado e dispensa;
- f) – abertura de sindicâncias e processos administrativos e aplicação de penalidades;
- g) – outros atos que, por sua natureza ou finalidade, não objeto de Lei ou decreto;

**Parágrafo Único** – poderão ser delegados os atos constantes do item II deste artigo.

## SEÇÃO II DOS LIVROS

**Art. 133º.** – O Município terá entre outros, obrigatoriamente, os seguintes livros de:

I – Termo de Compromisso e Posse;

II – Declaração de Bens;

III – Atas das Sessões da Câmara Municipal;

IV – Registros de Leis, Decretos, Resoluções, Instruções, Portarias e Regulamentos;

V – Protocolo, índices, papéis e livros arquivados;

VI – licitações e contratos para obras ou serviços;

VII – contrato de admissão ou atos de nomeação de servidores públicos;

VIII – Contratos em geral;

IX – Contabilidade e finanças;

X – Concessão e permissão de bens e móveis e de serviços;

XI – Tombamento de bens móveis, imóveis, semoventes e veículo de qualquer natureza;

XII – registro de loteamento aprovados.

§ 1º. – Os livros, documentos e papéis, referidos neste artigo, poderão ser substituídos por processos modernos de microfilmagem ou eletrônicos;

§ 2º. – Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito e pelo Presidente da Câmara, conforme o caso ou por funcionários legalmente designados.

§ 3º. – É vedado retirar livros, fichários, papéis ou documentos relativos à contabilidade da Prefeitura ou da Câmara para efeito de escrituração contábil ou de outra natureza.

## TÍTULO V DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES ECONÔMICAS E SOCIAIS.

### CAPÍTULO I DA POLÍTICA URBANA

**Art. 134º.** – A política de desenvolvimento urbano, executado pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em Lei, tem por objetivo, ordenar o plano de desenvolvimento das funções sociais da cidade e das vilas e garantir o bem-estar de seus habitantes.(Art. 288 – CE e 182 – C.F.).

**Parágrafo Único** – O Plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 1º. – A propriedade urbana cumpre sua função social, quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade e das vilas, expressas no Plano Diretor.





§ 2º. – As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro. (Art. 182 § 3º. C.F.).

§ 3º. – É facultado ao Poder Público Municipal, mediante a lei específica para área incluída no Plano Diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano, não edificado, sub utilizado ou não utilizado que, promova seu adequado aproveitamento, sob pena sucessivamente de:

I – Parcelamento ou edificação compulsórios;

II – Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III – desapropriação com pagamento, mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate até dez anos, em parcelas, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização, e os juros legais. (Art. 182, parágrafos e incisos da C. F e Art. 296 da CE).

**Art. 135º.** – O Plano Diretor do Município conterà :

I – A delimitação de áreas destinadas à implantação de atividades com potencial poluidor hídrico e atmosférico, que atendam aos padrões de controle de qualidade sanitária estadual;

II – A delimitação de áreas destinadas à habilitação popular. Art. 29 da Constituição Estadual).

**Art. 136º.** – Na elaboração do Projeto do Plano Diretor do Município, o órgão técnico municipal realizará zoneamento ambiental, incluindo o sistema de áreas verdes, compreendido como ambiente natural e social que norteará o parcelamento, o uso e ocupação do solo, as construções e edificações, visando conjuntamente, a melhoria do desempenho das funções sociais urbanas, de qualidade de vida e preservação de meio ambiente, na forma da lei. ( Art. 305 da CE).

**Art. 137º.** – Na elaboração do plano de uso e ocupação do solo e de transporte, bem como na gestão dos servidores públicos, inclusive no planejamento, o poder executivo municipal buscará a aprovação do Legislativo e a participação da comunidade através de suas entidades ou associações representativas. ( Art. 306 da CE).

**Art. 138º.** – O não cumprimento das normas estabelecidas neste capítulo implicará na imputação da responsabilidade civil e penal de autoridade omissa ficando assegurado o amplo acesso da população as informações sobre planos de uso e ocupação do solo, transporte e gestão dos serviços. ( Art.307 e 308 da CE).

**Art. 139º.** – Nas diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano o Município, paralelamente ao Estado, assegurará :

I – regularização dos loteamentos irregulares, inclusive os clandestinos, abandonados ou não titulados;

II – preservação das áreas de exploração agrícola e pecuária e estímulo a essas atividades primárias;

III – criação de áreas de interesse urbanístico, social, ambiental e turístico e de utilidade pública;

IV – livre acesso, especialmente aos deficientes, a edifícios públicos e ao transporte coletivo, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas e ambientais e a adaptação dos meios de transportes.( Art. 291 da CE).

**Art. 140º.** – Cabe ao Município, conjuntamente como Estado, garantir a implicação de serviços, de equipamentos e infra-estrutura básica visando à distribuição equilibrada e proporcional à concentração populacional, tais como:

I – rede de água e esgoto;

II – energia e sistema telefônico;

III – sistema viário de transporte;

IV – equipamento educacional, de saúde e de lazer. ( Art. 301 da CE).

V – Incentivo ao desenvolvimento urbano.

**Art. 141º.** – As limitações do direito de construir e o condicionamento, ao uso do solo urbano serão especificados, exclusivamente, em lei.

§ 1º. – Executadas as edificações de preservação histórica, declaradas por lei, as restrições do direito de construir e ao uso do solo urbano permitirão, no mínimo, a possibilidade de duas categorias de



construção no imóvel e de uso do solo urbano, estabelecidos no plano diretor da cidade de que trata o Art. 182 da Constituição Federal.

§ 2º. – A petição para fins de aprovação de projetos de edificações e licenças de obras, somente será passível de indeferimento por infringência a dispositivos legais ou regulamentares, e nos limites autorizadas por lei e no prazo contemplado no Art.7º. § 2º. Da Constituição estadual não servindo de fundamentação, normas contidas em portarias, resoluções ou instruções administrativas.( Art. 293, da CE).

**Art. 142º.** – Para assegurar as funções sociais da propriedade o Poder Público usará, principalmente, os seguintes instrumentos:

I – imposto progressivo sobre imóvel;

II – desapropriação por interesse social ou utilidade pública, com prévia e justa indenização em dinheiro;

III – discriminação de terras públicas, destinadas prioritariamente, a assentamentos de pessoas de baixa renda;

IV – inventários, registros, vigilância e tombamento de imóveis. (Art. 294, da C. E.).

**Art. 143º.** – A execução da política urbana está condicionada ao direito de todo cidadão à moradia, ao transporte público, ao saneamento, à energia elétrica, ao gás, ao abastecimento, à iluminação pública, à comunicação, à educação, à saúde, ao lazer e a segurança, nos termos de que dispõe o artigo 289 da Constituição Estadual.

**Art. 144º.** – O imposto progressivo, a contribuição de melhoria e a edificação compulsória não incidirão sobre terreno de até duzentos e cinquenta metros quadrados, destinados à moradia do proprietário que não possua outro imóvel, urbano ou rural, (Art. 292 – CE ).

**Art. 145º.** – O transporte, sob responsabilidade do estado, localizado no meio urbano, deverá obedecer a política de transporte do município, e do seu Plano Diretor. ( Art. 302 C .E. ).

**Art. 146º.** – O Município deverá prever dotações necessárias à elaborações dos Orçamentos e dos Planos Plurianuais e ao cumprimento do disposto neste capítulo. ( Art.304C.E. ).

**Art. 147º.** – Aquele que possui como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, interruptamente e sem oposição utilizando-a para sua moradia ou de sua família adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural, nos termos e na forma do artigo 183 e parágrafo da Constituição Federal.

## CAPÍTULO II DA EDUCAÇÃO

**Art. 148º.** – A educação municipal desenvolverá ação visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercer a cidadania, sua qualificação para o trabalho, sendo direito de todos e dever do Município e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

§ 1º. – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV – gratuidade de ensino público em estabelecimentos oficiais;

V – valorização dos profissionais de ensino garantindo na forma da Lei, planos de carreira para o magistério público;

VI – gestão democrática do ensino público na forma da Lei;

VII – garantia de padrão de qualidade;

VIII – ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive aos que não tiverem acesso a eles na idade própria;

IX – oferta de ensino regular adequado às condições do educando;





X – atendimento com educando no ensino fundamental, através de programas suplementares e material didático-escolar e transporte, alimentação, inclusive com a merenda escolar e assistência social.

§ 2º. – O não oferecimento do mínimo obrigatório pelo poder público municipal, ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º. – compete ao Município recrutar os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis pela freqüência a escola.

**Art. 149º.** – Na fixação das bases e Diretrizes da educação pelo Plano Municipal de Educação, serão assegurados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, visando a formação básica, comum e respeito aos valores culturais e artísticos.

§ 1º. – É facultativa a matrícula no ensino religioso que constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º. – O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa.

§ 3º. – O sistema de ensino do Município será organizado em regime de celebração com a união, os Estados e o Distrito Federal, no termos do Artigo 211, da Constituição Federal.

**Art. 150º.** – O Município aplicará, anualmente, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino. ( Art. 212 da C.F.).

**Parágrafo Único** – A parcela da arrecadação dos impostos transferidos pela União e pelo Estado ao Município, não é considerada para efeito de cálculo previsto, receita do Governo que a transferir.

**Art. 151º.** – Os recursos públicos do município serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que comprovam fins não lucrativos e apliquem seus excedentes financeiros em educação e, assegurem a destinação do seu patrimônio a outra escola congênere ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º. – Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da Lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos quando não houver vagas e cursos regulares na rede pública, na localidade de residência do educando, obrigando-se o Poder Público a investir prioritariamente na expansão de sua rede escolar na localidade ( Art. 213, C.F. e 231 CE ).

§ 2º. – A distribuição dos recursos destinados à área educacional, assegurará prioridade no atendimento das necessidades do ensino fundamental e pré- escolar mantendo e expandindo o atendimento em creches às crianças de até seis anos de idade, não podendo atuar no nível superior de ensino enquanto não estiver satisfeita a demanda no ensino fundamental e médio, quantitativa e qualitativamente.

§ 3º. – Dar-se-á intervenção no Município nos termos do § 1º. Do Art. 227 da Constituição Estadual, quando verificar-se não haver sido aplicado o limite mínimo exigido pelo Art. 212 da Constituição Federal.

§ 4º. – Progressivamente, o Poder Público Municipal providenciará no sentido de infra- estrutura técnica e de equipamentos necessários ao desenvolvimento de toda as etapas de educação fundamental.

§ 5º. – De igual modo, de maneira progressiva, o Poder Público Municipal adotará sistemas de ensino de tempo integral de oito horas diárias. ( Art. 227, e parágrafos – CE)

§ 6º. – As pessoas portadoras de deficiência, fica assegurada a educação no ensino fundamental, quer em classe comuns ou em classes especiais. (Art. 229, caput , CE)

**Art. 152º.** – O Sistema Municipal de Ensino, planejado em harmonia com a União e o Estado, terá suas diretrizes, objetivos e metas definidos nos Planos Plurianuais, atendido, no que couber, ao disposto no Art. 218 da Constituição Estadual e § 2º. Do Art. 211 da Constituição Federal.

**Art. 153º.** – A Municipalização do ensino dependerá de lei estadual, nos termos do Art. 232 da Constituição Estadual.

**Art. 154º.** – Lei Municipal disporá sobre as atribuições do Conselho Municipal de Educação, previsto no Parágrafo Único, inciso I, do Art. 232 da constituição do Estado.



### CAPÍTULO III DA CULTURA E DO TURISMO

**Art. 155º.** – O Município, com a participação da comunidade integrará o sistema de bibliotecas públicas, preconizados pelo parágrafo 9º. Do Art. 231da Constituição do Estado, tendo como unidade central a Biblioteca pública Governador Menezes Pimentel.

**Parágrafo Único** – No acervo das bibliotecas municipais incluir-se-á aquisição de livros de literatura infanto-juvenil, dando-se prioridade aos autores nacionais, enciclopédias e revistas de circulação permanentes.

**Art. 156º.** – É dever do Município a preservação da documentação governamental e histórica, sendo assegurado livre acesso aos infesados. (Art. 231 § da C. E. ).

**Art. 157º.** – Compete ao Município:

I – promover o levantamento, o tombamento e a preservação de seu patrimônio histórico e cultural, em articulação com a Secretaria de Cultura e Desporto do Estado e com o Serviço do patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (Art. 237 da Constituição Estadual.)

II – estimular quaisquer manifestações da cultura popular, bem como, se obriga a cultuar datas comemorativas de alta significação da Federação, do Estado e do Município;

III – proteger documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais e sítios arqueológicos e impedir a evasão a destruição e a descaracterização de referidos bens e obra de arte.

IV – incentivar a produção e o conhecimento de bens e valores artísticos e culturais, de quaisquer natureza, estabelecendo-lhes incentivos, inclusive quanto às manifestações folclóricas.(§ 3º. – Art. 216 – C.F.).

**Parágrafo Único** – Ficam isentos do pagamento de imposto territorial e predial urbano os móveis tombados pelo Município em razão de suas características históricas, artísticas, culturais e paisagísticas.

**Art. 158º.** – Lei Municipal disporá sobre o Arquivo Municipal, criado nos termos do Art.234 da Constituição Estadual de Arquivos e se destina, precisamente, à preservação dos documentos.

§ 1º. – Após o período fixado em lei Municipal, a documentação será remetida, em definitivo, ao Arquivo Público Estadual que, mediante solicitação, remeterá ao Município, cópia de microfilmes dos documentos que lhe foram encaminhados.

§ 2º. – Nenhuma repartição municipal destruirá ou desviará sua documentação sem antes submetê-la ao setor de triagem, instituído pelo Estado para fins de preservação de documentação de valor histórico, jurídico ou administrativo, assegurando amplo acesso aos interessados. ( Art.235 CE).

**Art. 159º.** – Nos termos do § 4º. do Art. 216 da Constituição Federal, serão punidas, na forma da lei, os danos e ameaças ao patrimônio cultural do Município.

**Art. 160º.** – O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, como o aproveitamento em atividades artesanais que deverão merecer tratamento especial.

### CAPÍTULO IV DO DESPORTO

**Art. 161º.** – o Município estimulará e apoiará práticas desportivas, formais e não formais, em suas diferentes manifestações com destaque para a educação física, o desporto em suas várias modalidades, o lazer e a recreação. ( Art. 238 – CE).

**Parágrafo Único** – Assegurar-se-á prioridade, em termos de recursos humanos, financeiros e materiais, ao desporto educacional, e, em casos especiais, para a do desporto de alto rendimento.

**Art. 162º.** – O Poder Público Municipal, tanto quanto possível, manterá instalações esportivas e recreativas nos projetos de urbanização, de instituições escolares públicas, devendo exigir igual participação da iniciativa privada e incentivará a pesquisa sobre Educação Física, Esporte e Lazer; (Art.239 da CE).



**Parágrafo Único** – O Município destinará verbas para utilização na cultura de atividades amadoras, no apoio a realização de competições, ou sem outras atividades semelhantes.

**Art. 163º.** – É dever do Município proporcionar à comunidade meios de recreação mediante:

I – reserva de espaços verdes ou livres em forma de parque, bosques, jardins, praias onde houver e assemelhados, como base física de recreação urbana;

II – construção e equipamentos de parques infantis, centros de juventude ou de convivência comunitária;

III – adaptação e aproveitamento de rios, vales, colinas, montanhas, lagos, matas e outros recursos naturais como locais de passeio e distração.

**Parágrafo Único** – Os serviços municipais de desporto e recreação articular-se-ão entre si e com as atividades culturais do Município, visando a implantação e o incremento do turismo.

## CAPÍTULO V DA SAÚDE

**Art. 164º.** – O Município assegurará, como dever e como direito de todos, ações sociais e econômicas que visem eliminar o risco de doenças e de outros agravos na forma do disposto no Artigo 169 da C. F.)

**Art. 165º.** – As ações e serviços de saúde de natureza universal e igualitária são de relevância pública, cabendo ao Município dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle.

§ 1º – As ações e serviços de saúde poderão ser exercidos diretamente pelo Município, ou através de terceiros, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

§ 2º – A prestação de assistência a Saúde mantida pelo Poder Público Municipal ou serviços privados, contratados ou convencionados pelo Sistema Único de Saúde é gratuito.

**Art. 166º.** – O Plano Municipal de Saúde estabelecerá planejamento, prioridades e estratégias em consonância com o Plano Estadual de Saúde, obedecendo as diretrizes do Conselho Estadual de Saúde, nos termos da lei.

**Art. 167º.** – Lei Municipal definirá competência de atribuições da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social ou equivalente instituindo planos de carreira para os profissionais tendo em vista a formação de recursos humanos na área de saúde.

**Art. 168º.** – Compete ao Município prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviço de atendimento à saúde da população.(Art. 30 inciso VII da C. F.).

**Art. 169º.** – O Município, desenvolverá ações de saúde preventivas e curativas, adequadas às realidades epidemiológicas, à universalização das assistências, com acesso igualitário a todos, a participação de entidades representativas de usuário e servidores de saúde, na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas e das ações de saúde a nível municipal, através do Conselho Municipal de Saúde. (Art. 24C da C. E. ).

**Art. 170º.** – Em cooperação com o Estado e a União, o Município participará com recursos próprios do Sistema Único de Saúde, cujos recursos serão administrados através do Fundo Municipal de Saúde, em articulação com a Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social. ( Art. 247 da CE e § único, Art.198 – C.F.).

**Parágrafo Único** – Cabe ao Município, na área de sua competência:

a) – manter rede hospitalar e ambulatório para atendimento gratuito às pessoas carentes;

b) – em integração com o sistema educacional, desenvolver ações educacionais ou onde sejam necessárias, visando ao esclarecimento, à informação e à discussão, com os usuários da área;

c) – implantar e garantir as ações do programa de assistência integral à saúde da mulher, que atenda às especialidades da população feminina do Município, em todas as fases da vida feminina, desde o nascimento à terceira idade.

d) – criar, na área de saúde, programas de assistência médico – odontológico às crianças de até seis ( 06 ) anos jovens.( Art. 248 da CE, inciso XXIV.).



§ 1º. – Os sindicatos, as entidades filantrópicas ou assistências, legalmente constituídas, poderão participar do Sistema Único de Saúde, mediante convênios, acordo ou contrato de direitos públicos.;

§ 2º. – São vedados, incentivos fiscais ou a destinação de recursos públicos municipais através de auxílios ou subvenções, para instituições privadas com fins lucrativos e não filantrópicos.

## CAPÍTULO VI DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Art. 171º.** – O município executará programa de Assistência Social no objetivo de contemplar ou quem dela necessitar e tem por finalidade:

I – a proteção e amparo à família, à maternidade, à infância, ao adolescente e à velhice;

II – a promoção e a integração ao mercado de trabalho;

III – instalação de centros de integração social em setores menos favorecidos visando promover a integração da família à sociedade através de programas básicos.

**Art. 172º.** – O Poder público Municipal dispensará, aos idosos e às pessoas portadores de deficiências, os benefícios aos mesmos assegurados pelo Art. 285 da Constituição Estadual no que couber.

§ 1º. – Ao maior de sessenta e cinco anos de idade tanto quanto possível, o município assegurará:

I – atendimento preferencial na área de saúde e nos órgãos da administração pública municipal;

II – proteção contra a violência e a injustiça.

§ 2º. – Ao portador de deficiência, o município assegurará:

I - acesso aos serviços de saúde com atendimento humanitário, especializado e integrado, inclusive a distribuição de medicamentos, próteses, órteses e implementos aos idosos e deficientes carentes, independente de quaisquer que seja a sua deficiência, mesmo que seja temporária;

II – acessibilidade ao deficiente físico e visual;

III – assistência nas áreas de saúde e social e nos órgãos da administração pública;

IV – proteção contra injustiças;

V – combate à discriminação;

VI – Ofertar equipamentos para locomoção e outros ao portador de deficiência carente;

VII – assistência médica domiciliar quando necessário;

VIII – assistência jurídica gratuita;

IX – transporte;

X – capacidade de profissionais na área de Educação Especial;

XI – assistência das secretarias municipais;

XII – apoio técnico da Guarda Municipal. *(redação da Emenda da Lei Orgânica do Município N.º 013/2008, 30 de novembro de 2007).*

**Art. 173º.** – Assegurar-se-á ao idoso através de ação social do Município, direito à saúde, à educação, ao lazer, ao trabalho, à justiça, à proteção, e à segurança.

**Parágrafo Único** – As entidades assistências, devidamente cadastradas e dedicadas ao amparo e assistencial à terceira idade, que exerçam suas atividades sem fins lucrativos, serão subsidiadas em sua ação pela municipalidade.

**Art. 174º.** – As crianças e os adolescentes, respeitados em sua dignidade e liberdade de consciência, gozarão da proteção especial do município, na forma que a Lei estabelecer.

**Art. 175º.** – Ao trabalhador urbano ou rural do Município assegurar-se-á, como direito:

I – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches ou em pré-escolar;

II – local apropriado em estabelecimento público ou privado em que trabalhem, no mínimo, trinta mulheres, para garantir vigilância e assistência aos seus filhos, no período de aleitamento (Art. 332 da CE).



**Art. 176º.** – Poderá o Município instituir o sistema Móvel de Saúde para atendimento na área médico – odontológico às populações rurais.

**Art. 177º.** – O conjunto de recursos destinados às ações de saúde do município constituem o Fundo Municipal de Saúde conforme dispuser Lei Municipal.

## **CAPÍTULO VII DO MEIO AMBIENTE E DO SANEAMENTO**

### **SEÇÃO I DO MEIO AMBIENTE**

**Art. 178º.** – O Município promoverá educação ambiental, através de suas escolas e órgãos de ensino; visando à conscientização pública e à preservação do meio ambiente. (Art. 263 – CE e Art. 225 VI da C. F. )

**Art. 179º.** – É dever do Poder Público Municipal e da coletividade, proteger e defender o meio ambiente, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida; combater a poluição em qualquer de suas formas, bem como preservar as floresta, a fauna e a flora (Art. 23, inciso VI e VII da C. F.)

§ 1º. – Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Município, o cumprimento, no que for aplicável, do disposto no Artigo 225 da Constituição Federal, e, especialmente sobre:

I – o controle da produção e a proteção da flora e fauna vedando-se práticas que coloquem em risco a sua função ecológica;

II – a utilização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que coloquem em risco à vida e o meio ambiente, a fauna e a flora;

III – a exigência de estudos de impactos ambientais para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de degradação ambiental, especialmente nos morros, picos, encostas, serra e chapadas existentes no Município.

IV – estimular o reflorestamento para restauração do meio ambiente, de modo a preservar reservas antigas, fontes naturais, lagoas e as belezas naturais do Município.

§ 2º. – Aquele que explorar recursos minerais, na área municipal, fica obrigado a recuperar o meio ambiente desgastado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão competente, na forma da lei.

§ 3º. – As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitará aos infratores, pessoa física ou jurídica, a sanções penais e administrativas, independente da obrigação de repor os danos causados.

§ 4º. – As associações constituídas para defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural, poderão acompanhar o procedimento das infrações cometidas, e interpor recursos que julgar cabíveis.

**Art. 180º.** – O Poder Público Municipal, na forma da lei Estadual obedecido o disposto no Artigo 265 da Constituição Estadual para preservação do meio ambiente adotará, entre outras, as seguintes providências:

I – estabelecimento de controle e fiscalização do uso de produtos agro - tóxico, de qualquer espécie na lavoura, salvo os liberados pelos órgãos competentes.

II – proibição do lançamento de resíduos industriais, agro-industriais, hospitalares, ou residuais em rios, riachos, córregos ou grotas, localizadas no Município;

III – medidas eficazes de proteção do solo rural no interesse do combate à erosão e na defesa de sua conservação;

IV – proibição da pesca predatória de açudes públicos, rios e lagoas no período de procriação da espécie;

V – proibição da caça de aves silvestres, no período da procriação e, a qualquer tempo, o abate indiscriminado;





VI – proibição de desmatamento indiscriminado, queimadas criminosas e derrubadas de árvore para madeira ou lenha, ou transformação em carvão, punindo seus infratores na forma da lei.

**Art. 181º.** – No Plano Urbanístico da cidade se assegurará a criação e manutenção de áreas verdes em proporção de dez metros quadrados para cada habitante, respondendo os infratores ou invasores pelas sanções previstas em lei.

**Art. 182º.** – Lei Municipal poderá estabelecer incentivos na redução do imposto sobre propriedade territorial urbana aos proprietários de móveis urbanos que cuidarem adequadamente as áreas existentes à frente de seus imóveis, ou reservarem dez por cento da sua área para arborização, com prioridade para as árvores frutíferas.

**Art. 183º.** – O Município, com a participação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), incentivará e orientará o programa de peixamento e pesca nos açudes do Município.

**Art. 184º.** – O Município se articulará com a União e o Estado, de forma a garantir a conservação da natureza em harmonia com as condições de habitabilidade da população.

**Art. 185º.** – Fica criado o Conselho Municipal do Meio Ambiente, órgão normativo que tem como finalidade estabelecer diretrizes da política ambiental na municipalidade, cujas as atribuições e composição, serão definidas em lei ordinária.

## SEÇÃO II DO SANEAMENTO

**Art. 186º.** – O Município, em função das realidades locais, participará do plano plurianual de saneamento estabelecido pelo Estado, nos termos do Art. 270 da Constituição Estadual, na determinação de diretrizes e programas, atendidas as particularidades das bacias hidrográficas e respectivos recursos hídricos.

**Parágrafo Único** – Cabe ao Município promover os programas que assegurem, progressivamente, os benefícios do saneamento básico à população urbana e rural, visando a melhoria das condições habitacionais da população (Art. 271 da C.E e inciso IX, Art. 23 – C.F.).

## CAPÍTULO VIII DA HABITAÇÃO POPULAR

**Art. 187º.** – O Poder Público Municipal formulará política habitacional que assegure ao cidadão o direito à moradia e que permita:

I – acesso a programas de habitação ou financiamentos públicos para aquisição ou construção de casa própria;

II – saneamento básico e melhoria das condições habitacionais já existentes;

III – assegurar Assessoria técnica na construção de moradias;

IV – garantia a destinação de recursos orçamentários para a implantação de habitação de interesse da população de baixa renda;

V – a delimitação de áreas a habitação popular, atendidos os seguintes critérios:

a) – contigüidade à rede de abastecimento de água e energia elétrica, no caso de conjuntos habitacionais;

b) – localização acima da quota máxima de cheias;

c) – declividade inferior a 30 % (trinta por cento), salvo se inexistirem no perímetro urbano áreas que atendem a este requisito, quando admitir-se-á declividade de até cinquenta por cento (50%), desde que obedçam a padrões especiais de projetos a serem definidos em Lei Estadual. (Art. 290, inciso II – C. E.).

**Art. 188º.** – Na formulação de projetos habitacionais de interesse do Município, incluir-se-á habitação para o trabalhador rural, dotada de equipamento e infra-estrutura de modo a melhorar as condições de vida.





**Art. 189º.** – O Poder Público Municipal formulará programas de construção de moradias populares em regime de participação coletiva, destinadas ao atendimento à comunidade de baixa renda sem teto.

**Parágrafo Único** – É gratuita a expedição do alvará de licença para edificação de moradias populares, referidas neste capítulo.

## **CAPÍTULO IX DOS RECURSOS HÍDRICOS**

**Art. 190º.** – É dever do Município preservar as águas e promover seu racional aproveitamento, e, mediante convênio com o Estado e a União, conjugar recursos para os programas de desenvolvimento para aproveitamento social das reservas hídrica compreendendo:

I – o fornecimento de água potável e de saneamento básico em todo o aglomerado urbano com mais de mil habitantes, observados os critérios de regionalização de atividade governamental e a alocação de recursos;

II – a expansão do sistema de repesamento de água com edificação, nas jusantes de açudes públicos, de barragens, bem como a instalação de sistema irrigatório, com prioridade para as populações mais assoladas pelas secas;

III – o aproveitamento das reservas subterrâneas, no atendimento das comunidades mais carentes;

**Parágrafo Único** – Os proprietários beneficiados em decorrência de investimentos públicos contra as secas, deverão através de contribuição de melhoria, compensar custos das obras no termo previsto em lei. (Art. 319 incisos e § 1º da C. E. ).

**Art. 191º.** – O Município dará atenção especial ao uso, à conservação, à proteção e ao controle de recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, na forma do que dispõe o Art. 320 da Constituição Estadual.

**Art. 192º.** – Os planos e programas de preservação e proteção dos recursos naturais, contidos nas bacias ou regiões hidrográficas existentes no território municipal, serão elaborados, conjuntamente, pelos municípios envolvidos e pelo Estado, atendida a regra do Art. 324 da Constituição Estadual.

**Art. 193º.** – O Plano Diretor Municipal, obrigatoriamente, assegurará a conservação e a proteção das águas e da área de preservação utilizável para abastecimento da população, na forma do art. 320 da Constituição Estadual.

**Art. 194º.** – Caberá ao Município, nos termos do Art.23 incisos XI, da Constituição Federal registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais existentes em seu território.

## **CAPÍTULO X DA POLÍTICA AGRÍCOLA**

**Art. 195º.** – O Município estabelecerá sua política, com a participação efetiva do setor de produção, que envolta produtores e trabalhadores rurais, setor de comercialização, de armazenamento, de transporte, de assistência técnica e extensão rural, de eletrificação e irrigação, como cooperação, atendida lei complementar federal, à competência do Estado e da União.

**Art. 196º.** – A assistência técnica e extensão rural, preconizada pelo Artigo 187 inciso IV da Constituição Federal, terão como objetivos :

I – capacitação do produtor rural e sua família, visando o aumento da renda e melhoria de sua qualidade de vida;

II – transferência de tecnologia agrícola, de administração rural e de conhecimento nos casos de saúde, alimentação e habitação;

III – orientação do produtor quanto à organização rural e uso racional dos recursos naturais;

IV – informação de medidas de caráter econômico e social e de política agrícola;



§ 1º. – A assistência técnica de extensão rural orientará suas ações no sentido de assistir principalmente, aos pequenos produtores, adequando os meios de produção de acordo com os recursos e condições técnico - produtivas e sócio - econômicas do produtor rural.

§ 2º. – A assistência técnica de extensão rural manter-se-á com recursos financeiros oriundos da União, do Estado e do Município, devendo constar do orçamento anual da municipalidade.

§ 3º. – A política agrícola do Município integrar-se-á com a do Estado e da União, nos termos da lei federal. (Art. 50 DT– C.F.).

**Art. 197º.** – Na forma do Art.195 da Constituição Federal, aquele que não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho, ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

**Art. 198º.** – Na elaboração do Orçamento do Município reservar-se-ão recursos específicos para o atendimento aos trabalhadores rurais, pequenos e micros - produtores na aquisição de sementes, insumos, defensivos agrícolas e instrumentos de trabalho.

§ 1º. – Não incidirão impostos ou taxas, conforme a Lei dispuser, sobre qualquer produto agrícola que componha a cesta básica produzidas por pequenos e micro- produtores rurais, que utilizem apenas a mão-de-obra familiar e vendam diretamente sua produção aos consumidores finais.

§ 2º. – A não incidência abrange produtos oriundos de associações e cooperativas de produção, cujos quadros sociais sejam compostos por pequenos e micro- produtores e trabalhadores rurais em terra. (Art. 201 e parágrafo único – CE)

**Art. 199º.** – Nos termos do artigo 184, § 5º. da Constituição Federal, são isentos de impostos municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

**Art. 200º.** – Compete ainda ao município, em cooperação com o estado e a união, fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, no âmbito de seu território, em conformidade com o inciso VIII Art. 23 da Constituição Federal, dando prioridade aos produtos provenientes de pequena propriedade rural, por intermédio do plano de apoio ao pequeno produtor, lhes garantindo especialmente assistência técnica e jurídica, escoamento da produção, através da abertura e conservação de estradas municipais.

**Art. 201º.** – O município apoiará o cooperativismo e outras formas de associativismo, estipulando mecanismos de produção, consumo e serviços, como forma de desenvolvimento preferencial. (Art. 174 § 2º. C.F. e Art. 312 CE).

**Art. 202º.** – Fica criado o Conselho Municipal de Agricultura, órgão colegiado, autônomo e deliberativo, composto por representantes do poder público, dos sindicatos rurais e representantes da sociedade civil, causas, competência, composição e atribuições, serão deferidos por lei.

§ 1º. – O Conselho Municipal de Agricultura desenvolverá atividades, de forma harmônica e coordenada com Conselho Municipal do Meio Ambiente.

§ 2º. – Para fins de implantação de sua política, o poder público municipal deverá constituir um Fundo Municipal de Agricultura.

## TÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA

### CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

**Art. 203º.** – Poderão ser instituídos órgãos de assessoramento, constituídos de representantes comunitários de segmentos da sociedade local, cuja a criação e extinção dependem de lei municipal.

**Art. 204º.** – Os cargos de assessoramento têm por finalidade discutir e propor soluções e diretrizes, de interesse geral da comunidade.

§ 1º. – A composição, as atribuições e designação dos membros dos órgãos referidos no “caput” deste artigo, dar-se-á por decreto do Prefeito Municipal.



§ 2º. – Nos órgãos da Administração Participativa haverá, obrigatoriamente, um representante da Câmara Municipal, a ser indicado pela Mesa, bem assim representantes de sindicato, associação ou federação de empregados para vaga concedida à entidade patronal da respectiva categoria.

§ 3º. – Os serviços prestados pelos órgãos referidos neste artigo, são considerados relevantes para o Município, não cabendo aos seus integrantes qualquer remuneração.

## DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

**Art. 1º.** – O município editará leis que estabeleçam critérios para compatibilização de seus Quadros de pessoal atendendo ao disposto no Art. 39 da Constituição Federal e à Reforma Administrativa dela decorrente, no prazo de dezoito meses, contados da promulgação da Constituição Federal. ( Art. 24 – D.T.C.F.).

**Art. 2º.** – Os vencimentos, a remuneração, as vantagens dos servidores municipais e os adicionais, bem como os proventos de aposentadorias que estejam sendo percebidos, em desacordo com a Constituição Federal, serão, imediatamente, reduzidos aos limites dela decorrentes, não admitindo, a qualquer título. (Art. 17 –D.T.– C.F.).

**Art. 3º.** – Os servidores municipais da administração direta e indireta ou Fundação Pública, em exercício na data da promulgação da Constituição Federal, há pelo menos cinco anos continuados e que não tenham sido admitidos na forma regulada no Art. 37 da Constituição Federal, são considerados estáveis no serviço público Municipal. (Art. 19 – D.T.– C.F.).

§ 1º. – O tempo de serviço referido neste artigo, será contado como título quando os servidores beneficiados se submetem a concurso para fins de efetivação, na forma da lei.

§ 2º. – O disposto deste artigo não se aplica aos ocupantes de cargos em comissão funções ou empregos de confiança nem aos que a lei declare de livre exoneração, cujo tempo de serviço não será computado para fins do “caput” deste artigo, exceto se tratar de servidor. (Art. 19, §§ 1º., 2º., 3º. D.T.–C.F.).

**Art. 4º.** – O servidor público municipal, que tenha ingressado na administração direta por processo seletivo de natureza pública, ou, de provas eliminatórias em exercício profissional, há pelo menos dois anos, é considerado efetivo de pleno direito. (Art. 26 D.T. – CE).

**Art. 5º.** – Até a promulgação da lei complementar, referida no Art. 169 da Constituição Federal, o Município não poderá despender pessoal, mais de sessenta e cinco por cento (65%) do valor das respectivas receitas correntes.

**Parágrafo Único** – O município, quando a respectiva despesa exceder o limite previsto neste artigo, deverá retornar àquele limite, reduzindo o percentual excedente à razão de hum quinto por ano. (Art. 38 § D.T.– C.F.).

**Art. 6º.** – A revisão dos direitos dos servidores públicos, inativos e pensionistas, bem como a atualização dos proventos e pensão a eles devidos, dar-se-á nos termos do Art. 20 das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

**Art. 7º.** – O Município dispensará às micro empresas e às empresas de pequeno porte, tratamento diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias e creditícias ou pela eliminação ou redução destas por meio da Lei.(Art. 179 – C.F.).

**Art. 8º.** – Deverão constar do Orçamento do Município a receita destinada à Seguridade Social nos termos do § 1º do artigo 195, da Constituição Federal.

**Art. 9º.** – Os débitos do município relativos às contribuições providenciárias serão liquidadas, nos termos e na forma do previsto no Art. 57 e §§ das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

**Art. 10º.** – O Município reavaliará os incentivos fiscais de natureza setorial nos termos do Art. 41 da Constituição Federal.

**Art. 11º.** – As certidões, fornecidas pelas repartições municipais para esclarecimento de situações de interesse pessoal do cidadão, são isentas de pagamento de qualquer taxas ou emolumentos.

**Art. 12º.** – A Lei Municipal de criação de Distritos estabelecerá como requisitos básicos, nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 11.659, de 28 de Dezembro de 1989, o seguinte:



a) – existência na sede do Distrito a ser criado de pelo menos 50 moradias;  
b) – definições dos limites seguindo linhas geométricas entre partes bem edificadas ou acompanhamento acidentes naturais cujo memorial descritivo será elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);  
c) – terreno para cemitério;

**Parágrafo Único** – O poder Executivo Municipal se obriga, no prazo máximo de doze meses, a partir da criação do novo distrito, a dotar sede, de equipamento nas áreas de educação, saúde, abastecimento d'água e eletrificação, bem como de mercado público.

**Art. 13º.** – Em obediência ao disposto no Art. 297 da Constituição Estadual, Lei Municipal estabelecerá os critérios de exploração das áreas destinadas ao cinturão verde, observando o seguinte:

I – módulo, por família, nunca inferior a dez metros quadrados por pessoas;

II – renda familiar, de até dois salários mínimos;

III – obrigatoriedade da venda da produção hortifrutigrangeira, diretamente ao consumidor final, isentada de taxas e impostos municipais.

**Art. 14º.** – Ficam criados os seguintes órgãos:

I – Secretarias Municipais:

a) – de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio - Ambiente;

b) – de Saúde e Ação Social;

c) – de Obras e Serviços Urbanos;

d) – de Educação, Cultura, Desportos, Turismo e Lazer;

e) – de Administração e Finanças.

II – Conselhos Municipais:

a) – de Agricultura e Meio – Ambiente;

b) – de Saúde e Ação Social;

c) – de Educação e Cultura;

d) – de Defesa dos Direitos da Mulher.

**Parágrafo Único** – Lei Municipal especificará a estrutura organizacional, composição, atribuições e forma de funcionamento dos órgãos ora criados.

**Art. 15º.** – O nome do cemitério de **Varjota** é : São Raimundo.

**Art. 16º.** – Fica criada a Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC – que tratará de assuntos atinentes a catástrofe e calamidades públicas, que venham a ocorrer no Município.

**Parágrafo Único** – Lei Ordinária regulará as atribuições e a composição do órgão criado no caput deste artigo.

**Art. 17º.** – O Poder Executivo, havendo conveniência, poderá criar uma Sub-Prefeitura em cada distrito, cujas atribuições serão definidas conforme dispuser Lei Ordinária.

**Art. 18º.** – O Poder Executivo Municipal assegurará, aos reconhecimentos pobres, na forma da lei, as certidões de registros de nascimento, bem como custeará as despesas com sepultamento de pessoas indigentes e realmente carentes.

**Art. 19º.** – O Prefeito Municipal, noventa dias após a promulgação desta **Lei Orgânica**, convocará plebiscito para se manifestar sobre o nome da cidade de **Varjota**, devendo votarem os eleitores legalmente inscritos na Justiça Eleitoral.

§ 1º. – O Plebiscito definirá se permanece a denominação de **Varjota** como é atualmente, ou de Araras, restabelecendo o Antigo nome, devendo permanecer como nome oficial do Município o que obtiver maioria absoluta dos votantes.

§ 2º. – Votarão SIM os a favor da denominação de Araras e NÃO os que preferirem a denominação de **Varjota**.

**Art. 20º.** – O primeiro secretário perceberá, a título da representação, importância correspondente a 50% (cinquenta por cento) os demais membros da Mesa Diretora, 25% (vinte e cinco por cento) de que percebe o Presidente da Câmara Municipal.



**Art. 21º.** – Fica criada a Guarda Municipal, cuja composição e atribuições serão definidas em Lei Ordinária.

**Art. 22º.** – Fica estabelecida na **Lei Ordinária** no Município de **Varjota**, após a promulgação, uma pensão para as viúvas de Prefeito, Vice - Prefeito e Vereadores que venham falecer no exercício de seu mandato.

**Parágrafo Único** – A pensão de que trata este artigo será de 50%( cinquenta por cento) do que tem direito o esposo falecido.

**Art. 23º.** – Todos os funcionários ocupantes de cargo de confiança, deverão usar crachá de identificação.

**Art. 24º.** – Após a promulgação da **Lei Ordinária** a mensalidade das casas populares do conjunto Francisco Miguel da Rocha, fica fixado em 01(um) BTN ou outro índice que venha a ser instituído pelo Governo Federal.

**Art. 25º.** – Poderá o Município instituir o turno de 06(seis) horas, para seus servidores, nos termos que serão definidos no Estatuto dos Servidores Municipais.

**Art. 26º.** – Promulgada a **Lei Orgânica** do Município, ficará estabelecido o matadouro público, como um local de matança de animal bovino, a ser abatido no centro de abastecimento desta municipalidade.

**Parágrafo Único** – O não cumprimento deste artigo, implicará a não aceitação da estrada da carne no referido Centro de Abastecimento.

**Art. 27º.** – O matadouro da cidade deverá ser construído em área fora do perímetro urbano, devendo sua utilização ser prevista no Código de Obras do Município.

**Art. 28º.** – Os Diretores e Vice- Diretores das escolas municipais, serão escolhidos através do voto dos professores, estudantes e funcionários das respectivas escolas.

§ 1º. – Os eleitores serão os estudantes maiores de 12(doze) anos.

§ 2º. – O mandato será de um ano com direito a reeleição.

**Art. 29º.** – Com a promulgação da **Lei Orgânica** do Município, caberá ao Executivo Municipal requerer para o Município de **Varjota**, junto a Comarca de Reriutaba, o I.T.B.I. – Imposto de Transmissão de Bens e Imóveis.

**Art. 30º.** – Os mandatários municipais terão entrada franca nos bailes, clubes recreativos, em geral, que se situam no Município de Varjota.

**Art. 31º.** – O lixo domiciliar não poderá ser deixado no território que compreende o centro da Cidade.

**Parágrafo Único** – A prefeitura deverá ter depósitos para colocação do lixo.

**Art. 32º.** – Os curtumes deverão ser situados em uma área não próxima as casa residenciais, comerciais, industriais e demais estabelecimentos habitado.

**Art. 33º.** – O Cemitério São Raimundo deste Município é inteiramente Comunitário, sendo que, nenhum cidadão deverá pagar risco de cova, isto sem diferença de raça, cor ou religião.

**Art. 34º.** – As escolas municipais, são obrigadas a receberem os alunos carentes, sem que seja o uso obrigatório da farda.

**Art. 35º.** – Após a promulgação da **Lei Orgânica** deverá haver em todo o Município plebiscito para decidir o dia da feira.

**Parágrafo Único** – Voto SIM para a feira nos sábados e NÃO aos domingos.

**Art. 36º.** – Fica assegurado 2% (dois por cento) da receita orçamentária para ampliação de creches no Município.

**Art. 37º.** – No mínimo 3,5%(três e meio por cento) da receita do Município será destinado as Associações Comunitárias de caráter beneficente as comunidades de **Varjota**.

**Art. 38º.** – Todos os terrenos na área urbana a 250 (duzentos e cinquenta) metros da Igreja Matriz serão murados, com altura de um metro e cinquenta centímetros.

**Parágrafo Único** – O proprietário que infringir este artigo sofrerá pena multa.

**Art. 39º.** – A revisão desta **Lei Orgânica**, realizar-se-á após cinco anos de sua vigência, respeitada a disposição do Artigo 3º. das Disposições Transitórias da Constituição Federal.



**Art. 40º.** – O Prefeito Municipal, o Vice - Prefeito, o Presidente da Assembléia Municipal Constituinte, o Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores preferirão, no ato da promulgação desta **Lei Orgânica**, o seguinte compromisso: “Prometo manter, defender e cumprir em toda a sua plenitude, sob o penhor da minha honra, a **Lei Orgânica** que ora se promulga”.

Varjota - Ce, 05 de Abril de 1990.

Assembléia Municipal Constituinte.

**MESA DIRETORA:**

SEBASTIÃO VIEIRA FILHO – Presidente;  
MARCELINO PINTO MESQUITA – Vice – Presidente;  
AMÉRICO ARAGÃO ALVES – 1.º Secretário;  
ANTONIO FIRMINO DE QUEIROZ – 2.º Secretário;

**COMISSÃO DE SONDAGENS E PROPOSTAS:**

JOSÉ MARCELO LOPES – Presidente;  
ANTONIO MARTINS NETO – Vice – Presidente;  
AMÉRICO ARAGÃO ALVES – Relator;  
JOSÉ TATÁ VIEIRA LIRA – Membro;  
JOSÉ BENJAMIM PINTO DE MACEDO – Membro;  
JOSÉ GERONIMO ALVES – Membro;

**COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO:**

ANTONIO MARTINS NETO – Presidente;  
JOSÉ MARCELO LOPES – Relator;  
FRANCISCA DAS CHAGAS LINO NUNES – Membro;  
JOSÉ BENJAMIM PINTO DE MACEDO – Membro;  
OTALÍCIO PAIVA NOBRE – Membro;

**PREFEITO:** GENTIL DE SOUSA MAGALHÃES;  
**VICE – PREFEITO:** FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES RAMOS;  
**PRESIDENTE DA CÂMARA:** SEBASTIÃO VIEIRA FILHO

**FONTE:** D.O.E (DIÁRIO OFICIAL (ESTADO DO CEARÁ - BRASIL)  
N.º 15.318 (PARTE I) - PÁG. 16 À 23 – ANO: LVI  
FORTALEZA, TERÇA – FEIRA, 22 DE MAIO DE 1990.